

# O QUE É O GEÓGRAFO PROFISSIONAL? ~~X\*~~

*Amândio Pereira da Silva*

## Introdução

Enquanto muitos geógrafos estão ainda empenhados na discussão a respeito de — *o que é o espaço?* — outros, ainda não muitos, estão, ou tentando desenvolver o tema — *o que é o espaço do geógrafo em nossa sociedade?* — ou já enfrentando os problemas de uma efetiva e difícil atuação profissional, na empresa pública, na empresa privada, ou de forma autônoma.

Recentemente, esta última questão foi assim caracterizada:

"The preparation of a professional, in the case, Brazilian, depends on two factors. One is of *general nature*; these factors are usually out of the reach of the individual professional (and sometimes of his professors). They are related to the cultural and technical stage of the country. There are factors of a *particular nature*, closer to the professional, such as his intellectual capacity, the environment in which he lives, the schools and university he attended, etc. ... This is an arbitrary classification because there are problems related at the same time to factors of general and of particular nature". (Paviani, 1982: 387).

Bem, parece que o problema envolve uma busca de definição, a propósito do *que é o geógrafo profissional?*, mesmo que na forma de uma aproximação ao problema, ainda de modo apenas prospectivo.

## DESENHO PRÉVIO DE UMA PROFISSÃO E TRABALHO

Este artigo faz referência apenas ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e a seu Curso de Pós-Graduação, e à experiência do autor, relativa ao período 1975-1982.

## Os Pós-Graduandos e seus Projetos

Em 1974, levantamento realizado pelo Departamento de Geografia da FFLCH da USP revelou os seguintes resultados:

Tabela 1a) Projetos em Andamento por Assuntos

Assuntos	Freqüência	%
Cidades	38	23,90
Campo	31	19,50
Geomorfologia	19	11,95
Indústria	14	8,81
Climatologia	13	8,18
Pedologia	12	7,55
População	7	4,40
Região	4	2,51
Pesca	4	2,51
Transportes	3	1,88
Organização do Espaço	3	1,88
Comércio	2	1,26
Cartografia	2	1,26
Metodologia	2	1,26
Comunicações	1	0,63

~~Recebido para publicação em 10/12/82  
Revisado em 15/01/83  
Geografia - FFLCH - USP.~~

\* Publicado originalmente na Revista do Departamento de Geografia da FFLCH da USP, n.º 2, 1983, São Paulo.

Saúde e Turismo	1	0,63
Economia	1	0,63
Energia	1	0,63
Oceanografia(logia)	1	0,63
Totais	159	100,00

Tabela IIb) Agrupamento dos Dados

	Freqüência	%
Geografia Humana	103	64,77
Geografia Física	45	28,30
Geografia Regional	4	2,52
Organização do Espaço	3	1,89
Cartografia	2	1,26
Metodologia	2	1,26
Totais	159	100,00

São estudos na forma de levantamentos básicos com a utilização de dados primários e secundários e uso de vários métodos e técnicas. Obedecem relativamente a um mesmo padrão geral que não é especificado aqui.

Em 1978 foi realizado outro levantamento. Dados disponíveis relativos à Geografia Física revelaram o seguinte:

Tabela IIa) Projetos em Andamentos por Assuntos

Assuntos	Freqüência	%
<b>Disciplinares</b>		
Geomorfologia	28	39,44
Climatologia	19	26,75
Pedologia	9	12,67
Hidrografia(logia)	4	5,63
Biogeografia	3	4,23
Tecnologia	2	2,82
Metodologia	1	1,41
Cartografia	1	1,41
<b>Interdisciplinares</b>		
Transportes	2	2,82
Agricultura	1	1,41
Outros		
Ensino da Geografia	1	1,41
Totais	71	100,00

Tabela IIb) Agrupamento dos Dados

Áreas	Freqüência	%
Geografia Física	63	88,73
Metodologia	3	4,23
Cartografia	1	1,41
Outros	4	5,63
Totais	71	100,00

São também estudos com as características indicadas relativas a 1974.

Em agosto de 1982, tabulação mais analítica, realizada pelo autor deste artigo, apenas com dados relativos à Área de Geografia Humana e Econômica do Departamento de Geografia da FFLCH da USP, referentes a Orientação em Pós-Graduação e participação em Bancas de Exames de Qualificação e à Defesa de Tese de Mestrado e Doutorado, revelou os seguintes dados:

Tabela III

## Período e Projetos

Ano	Freqüência	%
1975	1	5,56 %
1976	2	11,11
1977	5	27,78
1978	5	27,77
1979	2	11,11
1980	2	11,11
1981	—	—
1982	1	5,56
Totais	18	100,00

Tabela IV

## Natureza das Fontes

Natureza das Fontes	Freqüência	%
Primárias	16	88,89
Secundárias	18	100,00
<b>Cartas, Gráficos e Tabelas</b>		
Cartas	16	88,89
Gráficos	18	100,00
Tabelas	18	100,00

Tabela V

Projetos em Andamento e Terminados por Assuntos		
Assuntos	Frequência	%
Ocupação de Espaço	8	44,44
Organização do Espaço	3	16,67
Reflexão Teórica	2	11,11
Modança Geográfica	2	11,11
Situação no Campo	2	11,11
Cartografia	1	5,56
<b>Totais</b>	<b>18</b>	<b>100,00</b>

Tabela VI

Projetos em Andamento e Terminados por Disciplina		
Disciplinas	Frequência	%
Geografia Agrária	9	50,00
Geografia Urbana	5	27,77
Geografia das Indústrias	2	11,11
Geografia do Trabalho	1	5,56
Geografia Teórica	1	5,56
<b>Totais</b>	<b>18</b>	<b>100,00</b>

Tabela VII

Objetivos ou Natureza dos Projetos		
	Frequência	%
Uso de técnicas	17	94,44
Descrição de realidade	8	44,44
Reconstituição histórica	8	44,44
Lev. de problemática	7	38,89
Uso de categ. e conceitos	7	38,89
Reflexão teórica	7	38,89
Uso de metodologia	4	22,22
Teste de metodologia	4	22,22
Teste de hipóteses	3	16,67
Teste de teorias	3	16,67
Elaboração de conceitos	2	11,11
Aplicação de teoria	1	5,56
Deter. de hierarquia	1	5,56
Determinação de função	1	5,56
Deter. de amplitude	1	5,56
Det. de geração e atração	1	5,56

### Como avaliar esses dados?

Os projetos abrangem, razoavelmente, quase todos os assuntos de interesse do geógrafo, quer este se destine ou esteja envolvido com a empresa pública ou privada, quer só esteja estudando, ou trabalhando e estudando. Os projetos se concentram no âmbito de algumas disciplinas: são importantes os casos de Geomorfologia e Geografia urbana; depois, aparecem Climatologia, Geografia Agrária e Pedologia; Geografia das Indústrias e da População aparecem mais adiante.

As fontes utilizadas são, preponderantemente, primárias. Há uso intensivo de cartas, gráficos e tabelas.

O conhecimento se manifesta através da preocupação com o uso de técnicas, a descrição de realidade e a reconstituição histórica — seguidas de interesse por problemas teóricos e metodológicos.

Chega-se, inclusive, à busca de parâmetros e indicadores relacionados a estudos específicos, embora ainda de modo incipiente.

### O Mercado Existente em São Paulo-SP

O trabalho do geógrafo profissional caracteriza-se mais como uma atividade de serviço, do que de comércio, indústria, finanças ou de comunicação e transporte. Também, é uma atividade mais urbana do que rural. Por isso, é o Setor Público o que mais absorve essa força-de-trabalho: planejamento, institutos técnicos, empresas de urbanização, habitação, transportes etc., considerando a demanda tradicional das Escolas (de vários níveis) como principalmente do Estado.

A experiência do geógrafo profissional no Setor Privado é menor. Excetuando-se o trabalho na rede privada de ensino, não está definido o campo de trabalho nesse setor.

Qual, por isso, o mercado de trabalho potencial ou efetivo para o geógrafo profissional, em São Paulo-SP, no que diz respeito ao Setor Privado?

Este autor fez um levantamento hipotético através da Lista Telefônica 105: Páginas Amarelas, au-

pondo, haver correlação positiva entre os projetos dos pós-graduandos, vistos anteriormente, e certo número de empresas, escritórios e atividades autônomas, a saber:

Tabela VIII

## Mercado Privado Suposto do Geógrafo em São Paulo

Empresas	Unidades	%	Atividades (projetos)
Loteamentos	84	34,71	(projetos)
Projetos industriais:			
Paisagísticos	35		
Industriais	4		
Subtotal	39	16,12	(projetos, ajardinamento, arborização, conservação)
Mapas e Globos	20	8,26	(mapas, plantas, guias, globos, atlas, quadros: marketing, controle de vendas, pesquisa, expedição, transporte, plantas visográficas, mercadológicas, de zoneamento, de comércio, mapas básicos, geopolíticos, políticos, físicos, científicos, escolares)
Construção Civil	19	7,85	(projetos)
Pesquisas:			
de mercado	11		
tecnológicas	3		
minerais	2		
econômicas	1		
Subtotal	17	7,02	(tabulação, cálculos estatísticos, digitação direta, estudos sociais e econômicos, publicidade, quantificação e qualificação, projetos, geofísica, teste de materiais, ensaios e análises, experiências)
Planejamento:			
Habitacional	12	4,96	(projetos)
Saneamento	12	4,96	(projetos)
Desenho	10	4,13	(desenho, logotipos, arte final, criações, projetos, plantas, decorações, comunicações visuais, embalagens, publicidade)
Construções industriais	7	2,89	(projetos)
Aerofotogrametria	5	2,07	(loteamentos industriais, coberturas aéreas, confecção de mapas urbanos, topografia, projetos)
Reflorestamento	4	1,66	(projetos, comercialização, assessoria)
Comércio exterior	3	1,24	(serviços)
Guias:			
informativos	3	1,24	(mapas, desenhos, pesquisas)
Poluição	3	1,24	(estudos)
Planejamento:			
Rural	2	0,83	(crédito rural e agro-industrial, projetos agro-pecuários)

Colonização e imigração	1	0,41	(serviços)
Distritos industriais	1	0,41	(projetos, serviços)
Totais	242	100,00	

Essas atividades podem ser reunidas em 3 tópicos gerais.

Tabela IX  
Agrupamento dos Dados

Atividades	Freqüência	
Cartografia, Desenho	185	76,45
Pesquisa, Estudos	33	13,64
Totais	24	9,91
(projetos)	242	100,00

O geógrafo tem preparo para a realização de pesquisas, estudos, que envolvem desenho e cartografia. Alguns deles tem trabalhado na produção de projetos. Mas, tem se tratado, principalmente, de trabalho não destinado ao mercado, como mercadoria.

*Empresa Pública ou Empresa Privada?*

Até a década de 60 a Universidade de São Paulo existiu como organismo principalmente cultural. A partir do fim dos anos 60 essa situação modificou-se, com o advento de maior ênfase em ciência e tecnologia. Paralelamente, o Setor Privado da sociedade passou a desenvolver uma preocupação maior com a cultura. O que aconteceu? Parece ter havido, no período, uma mudança de significado de cultura e técnica: de apenas elementos gerais na produção de mercadorias, tornaram-se itens específicos de demanda dirigida pelo capital concentrado e centralizado. Apesar de "contrários" a empresa pública e a empresa privada aproximaram-se uma de outra em sua exigência de cultura e técnica a serviço dos interesses do capital monopolista. Com isso, desenvolveu-se uma "nova" contradição entre técnica e cultura: a das relações sociais de produção antagônicas de técnica e cultura, em grau superior. O que mudou? "Cada sociedade de classe forma-se sobre a base de normas bem definidas de luta contra a natureza, e estas normas são

modificadas em relação ao desenvolvimento da técnica. Qual é a base das bases: a organização de classe da sociedade ou a sua força produtiva? Sem dúvida, a força produtiva. Sobre esta base, num certo nível de seu desenvolvimento, formam-se e reformam-se as classes. Nas forças produtivas expressa-se materialmente a habilidade econômica da humanidade, sua capacidade de assegurar a própria existência. Esta dinâmica fundamenta as classes que, nas suas relações recíprocas, determinam o caráter da cultura.

"E neste ponto devemos, antes de tudo e sobretudo, perguntar a propósito da técnica: é apenas um instrumento de opressão de classe? Basta colocar a pergunta para ter logo a resposta: não, a técnica é a conquista fundamental da humanidade; embora tenha servido como instrumento de exploração é, ao mesmo tempo, condição essencial para a emancipação do explorado. A máquina sufoca o escravo assalariado. Mas este somente pode libertar-se através da máquina. Aqui está a raiz de toda a questão.

"Se não esquecermos que a força motriz do processo histórico são as forças produtivas que liberam o homem do domínio da natureza, então compreenderemos que o proletariado necessita apoderar-se de toda a soma de conhecimento e de capacidade elaborada pela humanidade no curso de sua história, para poder emancipar-se e reconstruir a vida sobre a base dos princípios de solidariedade.

"É a cultura que faz progredir a técnica ou é a técnica que faz a cultura progredir? Isto me foi perguntado num dos debates do qual participei anteriormente. É errado colocar a questão desta maneira. A técnica não pode ser contraposta à cultura, porque é a mola principal. Sem técnica não há cultura. O desenvolvimento da técnica faz a

cultura progredir. Mas a ciência e a cultura em geral constituem os fundamentos da técnica e ajuda poderosa para seu desenvolvimento posterior". (Trotsky, 1981: 32/3).

A definição do geógrafo profissional é condição necessária para a redefinição do professor de geografia; pois só este, modificado, poderá formar aquele.

Como se dão a técnica e a cultura nas "novas" condições?

## O GEÓGRAFO E A FÁBRICA DE CONHECIMENTOS

A maior parte dos trabalhos de pós-graduação, definidos pelos projetos realizados ou em realização no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, consiste em monografias. É que a monografia mostrou-se a forma possível de realização da "produção em série" dos trabalhos geográficos. E, também, o veículo de aprendizado das técnicas. Nesse primeiro momento houve um decréscimo de validade da ciência e cultura; no momento seguinte, começou a ressurgir a necessidade destas últimas.

### Cartografia Industrial?

O mapa tornou-se desnecessário?

A questão põe um problema ainda não resolvido: a Geografia precisa do mapa, no mesmo momento em que o mapa encontra-se "superado"...

O que se está fazendo? Da pesquisa chega-se ao mapa; este, ilustra o texto.

O que se deveria fazer? Do mapa, chegar-se ao texto; o texto, descritivo, seria o apêlo da explicação.

Mas, que tipo de mapas?

Parece que, antes que "mapa", o mapa deveria apresentar-se na forma do *Industrial design*.

Convém verificar isto.

O que se deveria esperar de uma "cartografia Industrial"?

Quais seriam suas regras?

O assunto refere-se à produção e consumo da informação e da comunicação. O que ocorre com o *objeto industrial*? "O *objeto industrial* será, pois, considerado igual a qualquer outra 'mensagem' capaz de nos proporcionar um determinado coeficiente informativo. Como a teoria da informação se baseia essencialmente no cálculo da 'quantidade de informação' apresentada por uma dada mensagem, fácil será concluirmos que a própria informação será tanto maior quanto for a *imprevisibilidade* do conteúdo dessa mensagem. Isto segundo as conhecidas investigações cibernéticas de Wiener, Shannon, Weaver e as subseqüentes aplicações destas à estética tentadas por A. Moles, Max Bense e outros. Não poderemos ocupar-nos aqui da precisão matemática desta teoria, limitando-nos a informar quem não esteja ao corrente, de que a quantidade de informação proporcionada por uma mensagem (e, portanto, também a oferecida por uma obra de arte ou por qualquer outro elemento comunicativo) segue leis análogas às que regulam o princípio termodinâmico da *entropia*, grandeza interpretada já em 1894 por Boltzmann como correspondendo a uma distribuição de probabilidades.

"Uma vez que a informação proporcionada por uma dada mensagem, por uma determinada comunicação, depende da sua 'originalidade', facilmente se compreende que o grau de informação dessa mensagem pode equivaler ao grau de surpresa que causa, à sua imprevisibilidade ou improbabilidade, o que leva a identificar a informação como o opo-

to à entropia. Se agora aplicarmos estes princípios ao caso do *design* industrial, será fácil deduzirmos que o inesperado da mensagem (oferecida pelo objecto industrial de novo tipo), a sua 'novidade', é fundamental para se obter um elevado grau de informação, ou seja, para apresentar aos olhos do consumidor uma solicitação muito forte à aquisição. Quanto mais novo, mais insólito, mais inédito for o objecto lançado no mercado, tanto mais fácil e intensa será a sua procura; mais ainda, logo que a forma tenha perdido a sua 'novidade' — e por isso o inesperado da mensagem —, quando se tiver 'consumido' a sua qualidade comunicativa, também diminuirá o seu valor não só estético como, sobretudo, informativo. Na realidade, não devemos identificar *tout court* o coeficiente estético com o coeficiente informativo, como alguns autores tem procurado fazer. Será interessante observar, pelo contrário, que é precisamente pelo facto de o objecto industrial ser propositadamente criado para uma fruição (prática e estética) imediata e estritamente vinculada ao seu uso que se consome mais rapidamente do que a obra de arte (pictórica, escultórica ou arquitectónica), cuja validade pode persistir mesmo depois de ter perdido o seu valor informativo. De facto, as obras de arte são menos sensíveis ao desgaste e ao envelhecimento, embora, em contrapartida, lhes não baste, para serem válidas, serem inesperadamente inovadoras.

"O que fica dito permite-nos compreender, uma vez mais, o motivo por que entram tão rapidamente em declínio os valores formais do objecto industrial, valores que, conforme veremos em seguida, dependem da 'moda', mais que os valores das outras artes. E explica-nos, acima de tudo, até que ponto é erróneo querer submeter o objecto industrial aos mesmos cânones estéticos que regulam a evolução e a fruição das outras obras de arte. Nenhum dos elementos que contribuem para criar a especial atmosfera de agrado ligada ao lento deteriorar-se das obras, como sejam a pátina da antiguidade, o aspecto de 'rudeza' de uma arquitectura antiga, pode entrar em jogo no momento de valori-

zação de uma obra industrial; a não ser que esta perca por completo as suas características de 'objecto funcionante e funcional' para se converter em fragmento, resíduo ou relíquia de uma civilização ultrapassada, assumindo então conotações bem diversas daquelas para que foi criada e acabando por perder por completo a sua autêntica qualidade funcional". (Dorfles, 1978: 37/41).

Do que se expõe conclui-se que a cartografia industrial seria possível, mas demandaria especificidades de produção e consumo. Apesar da actual tecnologia de satélites estar bastante desenvolvida, ainda não se consegue o "mapa industrial", descartável, e de uso de massa.

A produção do mapa ainda é trabalho, em grande medida, artesanal, como produção e como comunicação. O mais recente progresso adveio dos usos da fotografia aérea vertical, através da aerofotogrametria e, em Geografia, da aerofotogeografia.

Mas, o mapa é apenas um meio.

*Informação e Comunicação*

Existe um *know-how* geográfico?

É difícil responder.

O mapa, a carta, o cartograma etc. não são especificidades do conhecimento em Geografia. Na verdade, são elementos da Cartografia e, por isso, costuma-se falar em cartografia geográfica.

Além disso, o gráfico e a tabela não são também especificidades da Geografia.

Há, no entanto, a possibilidade de construção de indicadores. Eles seriam o modo do geógrafo aferir os fenómenos e, com isso, apresentar informações úteis, quer dizer, suscetíveis de serem transformadas em orientação de decisões.

Os projetos dos pós-graduandos, vistos anteriormente, apresentam muito conhecimento especia-

lizado, mas nem sempre expresso na forma de indicadores. Mas, não é difícil desenvolvê-lo nessa direção.

O geógrafo consegue desenvolver o conhecimento singular do território, embora descritivo. Faz também reconstruções históricas do espaço.

O problema é que o objeto do trabalho do geógrafo não se encontra bem definido. Ele sabe o que estuda; mas, não está ainda preparado para lidar com os resultados, tendo em vista sua utilização por uma empresa pública ou privada. Em outras palavras: não é o sistema econômico que define o que o geógrafo deve fazer, mas é, em grande medida, ele que escolhe seu assunto.

Então, o geógrafo consegue informação e comunicação cultural e científica; mas, a tecnologia que conhece e utiliza nem sempre está de acordo com os interesses imediatos ou mediatos do mercado (num sentido amplo).

Será apenas uma questão do estágio em que se encontra o assunto?

#### *Da Forma à Função*

O geógrafo sabe o que é um plano.

O geógrafo sabe o que é um projeto.

Mas, nos dois casos, como saber desinteressado...

Mesmo quando realizado em um órgão público de planejamento.

Não há, sobre a geógrafo, a atuação de uma pressão utilitária, semelhante a que se exerce sobre o contador, o caixa, o escriturário, a secretária (de uma parte) — e, o economista, o sociólogo, o psicólogo, o estatístico, o químico, o engenheiro, o advogado, o médico (de outra parte) — na empresa

privada, e, em parte, em algumas unidades de poder público federais ou estaduais, atualmente.

Dizer isto é o mesmo que afirmar que o geógrafo ainda não tem desenvolvida uma consciência profissional.

Alguns geógrafos já passaram ou estão passando por uma experiência do tipo a que se faz referência acima. Nesse caso, eles levam à sala de aula essa experiência. Então, há preocupação com a forma — não apenas no sentido de *paisagem* — e com a função — não apenas no sentido, por exemplo, das análises urbanas.

### O GEÓGRAFO E A EMPRESA PÚBLICA

O problema atual do Estado é o Plano, de tal modo que, fazer parte do Estado é, necessariamente, compartilhar da ideologia do plano, numa forma autoritária, ou numa forma democrática.

O modo de existência do planejamento é o projeto. "O Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente não é apenas o Estado do planejamento, mas também o Estado dos projetos. Qualquer empreendimento que necessite um incentivo fiscal ou um financiamento subsidiado necessita de um projeto. Estes projetos são muitas vezes formais. Pouca relação tem com o que irá efetivamente executado, mas não importa. Sem a apresentação de projetos, para a elaboração dos quais constituem uma infinidade de empresas, algumas das quais gigantescas, nada se faz. O projeto é ao mesmo tempo uma necessidade técnica, um instrumento essencial do planejamento e uma formalidade burocrática. Em qualquer hipótese, torna-se uma realidade onipresente para as grandes empresas em seu relacionamento com o Estado planejador". (Pereira, 1981: 116). As empresas referidas acima são



"aparelhos estatais de planejamento: ministérios de planejamento, secretarias de planejamento, institutos de planejamentos, grupos de planejamentos, bancos de desenvolvimento, empresas de planejamento, coordenação de planejamento. Estes aparelhos de planejamento dedicam-se não apenas ao planejamento nacional, mas também ao planejamento regional, ao planejamento provincial, ao planejamento municipal, ao planejamento urbano, ao planejamento interno dos ministérios e demais órgãos governamentais, ao planejamento setorial da educação, da saúde, da previdência, da segurança, dos transportes, da energia, do desenvolvimento tecnológico, da agricultura, da indústria, do comércio, da produção açucareira, da produção do trigo, da indústria siderúrgica, do abastecimento, e assim por diante". (Pereira, 1981: 117).

### O Projeto Público

A legitimidade da tecnoburocracia deriva do pressuposto de que monopoliza a competência técnica e organizacional." (Pereira, 1981: 154). O projeto deve ser a explicitação disso.

Muitos dos projetos dos pós-graduandos, vistos anteriormente, tendem a existir como subsídios viáveis à elaboração do plano e de projetos específicos públicos.

Não obstante, há a pesquisa, que se realiza no órgão público de planejamento, e que é o modo de existência desse órgão. Ela obedece a um critério de objetividade que diz respeito à maior eficácia possível na relação insumo-produto.

A pesquisa é sub-produto do projeto, ou trabalho prévio de suporte do mesmo. Por sua vez, o projeto depende das diretrizes do plano.

Em situação de poder autoritário o projeto público nasce no interior do órgão de planejamento, sem consulta à população.

O planejamento democrático implica em que o projeto nasça através da representação política da população.

Contudo, o planejamento autoritário, ou democrático, não modifica fundamentalmente a natureza das determinações objetivas e subjetivas que promovem e demandam o projeto público. Antes, é o estágio em que se encontra a sociedade, que vai interferir grandemente nas diretrizes do plano, assim como no modo de efetivá-lo.

### Decisão Técnica e Decisão Política

O geógrafo profissional, na empresa pública, é alguém que será continuamente chamado a tomar decisões técnicas e decisões políticas. As primeiras, implicam na definição de critérios impessoais de desempenho de funções-meio e funções-fins. As segundas, implicam na definição de critérios alternativos, tendo em vista coalisões, consensos, resultados de votações etc. Haverá sempre dificuldade em conseguir eficácia para a decisão política e em conseguir flexibilidade à decisão técnica, assim como decidir sobre ambas.

De qualquer modo, decisões técnicas e decisões políticas ocorrem no interior do plano e fazem, mesmo, parte da lógica deste.

### O GEÓGRAFO E A EMPRESA PRIVADA

A diferença básica entre a empresa pública e a empresa privada é que, na primeira, o capital apresenta-se sob a forma de *capital-público*, enquanto na segunda, esse capital é um *capital-privado*. Isto significa que há uma identidade grande entre as empresas públicas, na medida em que o mesmo capital público existe parceladamente em cada uma delas na forma dos orçamentos e verbas disponíveis, não necessariamente conflitantes, enquanto riqueza

a investir ou a destinar como gasto público. O Estado é, então, o detentor do capital-público, a ser manipulado pelo governo, através das forças nele existentes ou representadas. Na empresa privada é diferente: o capital-privado é único para cada uma, como parcelas do mercado que cada uma detém. É a situação de mercado que explicita a diferença. Assim, se o Estado pode apresentar aspectos de irracionalidade econômica, a empresa privada tem que operar com o sentido permanente da maior eficácia possível, mesmo que apenas em termos racionais nominais (planejamento do erro).

#### *O Espaço de Decisão de 'Marketing'*

Embora a empresa privada constantemente se queixe da irracionalidade econômica com que opera o Estado (burocracia, incompetência, desorganização etc.), ela própria só pode existir e operar se resolver esses problemas, inerentes às grandes organizações contemporâneas. Então, também ela desempenhará suas funções de acordo com critérios de racionalização compatíveis com a situação da sociedade e país onde existe. No entanto, a empresa privada tem uma determinação de comportamento diferente da empresa pública: ela deve ser rentável, ou seja, ter lucro. Por isso, o departamento de 'marketing' é a principal sub-unidade interna da empresa privada. É ele, em última instância, que determina as decisões. Então, é ele que determina também os objetivos dos projetos, particularmente no caso da indústria.

#### *O Projeto Privado*

O projeto privado é diferente do projeto público, embora os dois profissionais, responsáveis por um e outro, possam trabalhar com uma lógica geral semelhante.

O que ocorre na empresa? "Um projetista não produz, usualmente, os bens e serviços que satisfa-

zem de imediato às necessidades de um consumidor. Mais comumente, ele produz o modelo que é utilizado como referência para a reprodução de um determinado bem ou serviço, tantas vezes quantas sejam necessárias. Um projeto pode ser de um desenho, um papel de parede, ou de um vestido, no mundo da moda. Se o produtor acredita que um número suficiente de fregueses ficará satisfeito com réplicas, então pode-se prosseguir com a produção dos bens e serviços projetados. No decorrer da produção, um erro causado pelo produtor, na fabricação de qualquer réplica, pode redundar na rejeição da mesma; por outro lado, um erro cometido num projeto, e repetido na produção, pode acarretar um fracasso econômico de grandes proporções. A responsabilidade do projetista é, portanto, muito grande". (Asimow, 1968: 9).

#### *Decisão Técnica e Decisão Econômica*

Na empresa privada o geógrafo profissional, responsável, ou coresponsável, por um projeto, será chamado a tomar decisões técnicas e decisões econômicas. Por decisões técnicas deve entender-se as relativas aos aspectos do produto que dizem respeito à funcionalidade; por decisões econômicas deve entender-se as relativas aos aspectos do produto relacionados ao menor custo unitário possível, em relação à maior capacidade possível do mercado em consumi-lo.

### EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

Após a regulamentação da profissão de geógrafo, ocorrida no ano de 1980, o problema da definição do desempenho profissional começou a tornar-se importante, refletindo-se em iniciativas acadêmicas de mudanças de currículo. O Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, durante o ano de 1982, discutiu duas propostas (acompanhadas de emendas e justificativas) de al-

teração curricular, que implicam em questões de formação do geógrafo, em reivindicações relacionadas a trabalho e em problemas de natureza ideológica.

#### *Propostas de Formação*

Uma proposta, a primeira a surgir, definiu-se em torno de dois pontos: a) "Respeito à concepção dominante no Departamento de Geografia, da Geografia como ciência humana e una, procurando entretanto através de um sistema flexível e amplo de disciplinas optativas possibilitar ênfase nos diferentes ramos da Geografia;" e, b), "Preocupação em não separar os cursos de bacharelado e licenciatura, já que a criação de dois currículos, prejudicaria o caráter humanístico e crítico das duas formações, além de restringir as opções do ponto de vista profissional". Esta proposta entende o geógrafo como alguém que deve ter o estatus de uma preparação de nível superior, voltada a uma firme incidência em teoria e método. (Seabra, 1981).

A outra proposta, de caráter pragmático, justifica-se pelos seguintes considerandos: "1. que todo curso universitário tem, antes de mais nada, um papel social a cumprir; 2. que para cumpri-lo de forma satisfatória não terá, necessariamente, a nível de graduação, de procurar esgotar cada assunto de que se trate, mas antes, e sobretudo, de dar ao aluno bases seguras para o autoaperfeiçoamento constante e permanente, através, entre outras coisas, de a) orientação para aprender a estudar; b) formação de espírito crítico e objetivo; c) consciência de responsabilidade social; d) conhecimento bibliográfico e de fontes de informações gerais e específicas; e) objetividade científica e profissional; f) orientação para a escolha e desempenho de atividade profissional, e desenvolvimento de atitude compatível; g) instrumentação científica e técnica para a capacitação profissional; 3. que no caso específico do curso de Geografia deve haver a preocupação com a formação de professores, de técnicos

de pesquisadores científicos, e, de maneira geral, com a ilustração cultural; 4. que a Ciência Geográfica, pelo seu próprio desenvolvimento, pelo seu instrumento teórico, metodológico e técnico, permite uma visão abrangente da interação sociedade-natureza, e nisto reside uma nada desprezível oportunidade de desempenho no desenvolvimento da sociedade (quaisquer que sejam os aspectos políticos-ideológicos levados em conta); 5. que essa abrangência de visão não dispensa a especialização relativa a este ou aquele objeto de interesse, e vice-versa; 6. que tanto o ensino como a pesquisa e a aplicação do conhecimento geográfico, sejam desenvolvidos pelos formados em Geografia ou não, têm papel de importância no desenvolvimento social; 7. que o nível de formação e interesses dos alunos que ingressam no Curso têm, em média, deixado muito a desejar; 8. o tipo de problemas que os egressos deste Departamento têm encontrado, a) no exercício do magistério; b) no desempenho de atividades técnicas; c) no desenvolvimento de trabalhos de pós-graduação; 9. as deficiências apresentadas pelos alunos, não só no início do curso, mas também no seu decorrer, relativas, principalmente, às dificuldades de apreensão, fixação de interesse, e de expressão oral ou escrita; 10. a divisão do trabalho científico e didático, e a necessária relação interdisciplinar, intra e extra-departamental, para um melhor entendimento da realidade; 11. as características sócio-econômicas do corpo discente e suas correspondentes necessidades e disponibilidades; 12. a caracterização geral de vivência e comportamento do universitário médio, atualmente; 13. as disposições superiores existentes, na legislação governamental e no conjunto de objetivos e normas da USP". (Marangoni, 1982).

As duas propostas refletem não só a conjuntura atual, mas também concepções diferentes de formação do geógrafo, num sentido mais amplo.

#### *Reivindicações de Trabalho*

A primeira proposta (Seabra, 1981) parece ter um caráter mais clássico do que a segunda, uma

vez que dá ênfase ao preparo cultural, determinante do preparo técnico. A outra proposta (Marangoni, 1982), enfatiza a técnica, como determinante da definição de cultura e, mesmo, de ciência.

Nesse caso, cada uma delas remete a modalidades diferentes de desempenho profissional, na empresa pública e na empresa privada.

Não se trata de encontrar uma posição intermediária entre as duas, mas de tomar, talvez, o preparo para pesquisa como o parâmetro atual mais adequado à definição do geógrafo profissional.

Provavelmente, as situações concretas de trabalho influenciarão no desenho final da profissão muito mais do que está realmente contido nas duas propostas.

*Perspectivas Ideológicas*

Até agora o geógrafo, enquanto principalmente um professor — do ensino público ou do ensino

privado — mas também como um técnico do planejamento, teve suas perspectivas ideológicas iniciais, em grande medida definidas pela natureza do ambiente ideológico onde formou-se, ou seja, a Universidade. No caso da USP essa perspectiva ideológica identifica-se com preocupações sociais e políticas referidas diversamente à democracia, ao socialismo, ao progresso, ao desenvolvimento, aos pobres, aos oprimidos, aos trabalhadores, à classe operária, aos camponeses etc.

É possível que a definição profissional provoque, entre os geógrafos, o que já ocorreu há muito tempo entre os médicos, os engenheiros, os advogados etc., ou seja — o que já ocorre com os economistas, sociólogos, psicólogos etc. — uma separação entre técnica e cultura e, portanto, entre o fazer e o pensar, de tal modo que se desenvolvam duas formas de luta específicas: a luta profissional (associações, sindicatos etc.) e a luta ideológica. Nos dois casos, isso repercutirá sobre a própria formação do geógrafo profissional.

**BIBLIOGRAFIA CITADA**

01 — Asimow, M. (1968) "Capítulo 1. Uma Filosofia do Projeto de Engenharia" in Introdução ao Projeto de Engenharia, tradução de José Watterley Coelho Dias, Editora Mestre Jou, São Paulo.

02 — Departamento de Geografia (1974) Pós-Graduação. Guia, FFLCH da USP e IGEOG, São Paulo.

03 — Departamento de Geografia (1978) Pós-Graduação. Guia, Geografia Física, 2: FFLCH da USP e IGEOG, São Paulo.

04 — Dorfler, G. (1978) O Design Industrial e sua Estética, Tradução de Wanda Ramos, Editora Presença, Portugal, Livraria Martins Fontes, Brasil.

05 — Marangoni, A.M.J.C. (1972) Distribuição Semestral de Disciplinas. Proposta de Alteração Curricular, DG da FFLCH da USP, São Paulo.

06 — Paviani, A. (1982) "The Geographer's Professional Skills: Problems and Perspectives" in IGU, Latin American Regional Conference, Vol. II Simpósio e Mesas Redondas, 2. Mesa redonda — A Capacitação Profissional do Geógrafo, IBGE, Rio de Janeiro.

07 — Pereira, L.C.B. (1981) "O Estado Planejador" in Estado e Subdesenvolvimento Industrializado. Esboço de uma Economia Política Periférica, Editora Brasiliense, 2ª edição, São Paulo.

08 — Seabra, M.F.G. (1981) Distribuição Semestral das Disciplinas. Proposta Curricular, DG da FFLCH da USP, São Paulo.

09 — Silva, A.C. da (1975/82) Orientação em Pós-Graduação. Qualificação de Projetos de Mestrado e Doutorado, DG da FFLCH da USP, São Paulo.

10 — Telesp (1982) Comércio, Indústria, Profissões, Serviços. Lista Telefônica Telesp 105, Páginas Amarelas, Editora de Guias LTB S.A., São Paulo.

11 — Trotski, L. (1981) "Cultura e Socialismo" in Trotski. Política, Editora Ática S.A., tradução de Monique Faleck, São Paulo.

*[Assinatura manuscrita]*

1 - ESPAÇO EM SI, ESPAÇO DE OCORRÊNCIA E ESPAÇO DE MANIFESTAÇÃO

1. A Reprodução Simples do Espaço.

O espaço em si é o espaço de produção considerado em suas características peculiares, abstraindo-se a existência do espaço de circulação. Ele foi bem estudado por Pierre George (Sociologia e Geografia, Paris, 1969). George distingue um espaço de localização: "Cada tipo de sociedade se projeta sobre parcela do espaço humanizado que constitui seu meio geográfico, possuindo limites relativamente maleáveis. Convém distinguir no mundo atual sociedades pré-industriais e sociedades industriais e, de outro lado, sociedades capitalistas ou de economia liberal e sociedades socialistas: cada um dos grandes grupos possui seu espaço próprio." (p. 37). Distingue, também, um espaço de relação: "O espaço de relação é o espaço no qual se estabelecem relações e contatos entre o meio tomado como base de observação inicial e o mundo exterior." (p. 42). Acrescenta, ainda, a seguinte passagem: "Entre o espaço de localização e o espaço de relação de dimensão continental ou planetária, coloca-se o espaço de relações regionais geralmente polarizado sobre uma rede urbana, ou seja, por uma hierarquia de centros de serviços e de comércio, freqüentados em ritmos diversos por uma parte relativamente importante da população. Definido a partir da metrópole regional, o espaço de relação engloba o contexto global, a saber a região, a capital, e os pontos de impacto dos fluxos de relação com os países estrangeiros, sobretudo os portos. Para os habitantes de uma aldeia, inclui parte de seu espaço vivido, as cidades em que vão ao mercado, as lojas ou os escritórios de serviços administrativos, os bancos, as agências de seguro, etc., e também os lugares com os quais os habitantes mantêm laços econômicos, políticos, funcionais, que fazem parte de seu universo, mas que não alcançam concretamente, por exemplo, o espaço nacional." (p. 45).

O espaço em si é o espaço da singularidade. Nesse sentido, ele é único, em qualquer parte do globo. É também um espaço de reprodução simples de riqueza, que é o valor do lugar em si, e dos lugares em relação uns com os outros. Sua objetivação é a realidade regional, um espaço he

horizontal, de pontos e linhas, que determinam um plano, uma superfície.  
É um espaço efetivo, como lugar que conta como realidade individual e social, embora abstrato.

2. O Espaço de Reprodução Ampliada.

O espaço de ocorrência é o espaço produzido, como espaço de produção e de circulação, considerado em suas características particulares, realização dos espaços em si e de manifestação. Ele foi estudado por Milton Santos ("Difusão de Inovações ou Estratégia de Vendas?" em Economia Espacial. Críticas e Alternativas, Hucitec, 1979).

É um espaço de reprodução ampliada que existe, em primeiro lugar, como espaço de urbanização (espaço de produção e consumo): "A urbanização é simultaneamente um resultado e uma condição do processo de difusão do capital. Este destrói autarquias regionais ao penetrá-las e provoca uma especialização especulativa de acelerar as operações monetárias, as quais crescem em consequência das necessidades do capital. A desintegração de economias regionais, assim como sua extroversão, gera a concentração urbana, com efeitos cumulativos que as mais das vezes resultam no fenômeno da macrocefalia. A primazia urbana ajuda a garantir o estabelecimento de capitais adicionais, ainda mais volumosos. A população que lota estas cidades em rápido crescimento constitui mão-de-obra barata e, por sua mera presença, garante o estabelecimento de um estoque de capital fixo que é indispensável a uma maior lucratividade de empreendimentos industriais." (p. 13).

Em segundo lugar, o espaço de ocorrência existe como espaço de difusão de inovações (espaço de circulação e troca) : "Hoje ~~é~~ lugar comum considerar que a teoria dos lugares centrais e a dos pólos de crescimento completam-se mutuamente através da mediação da teoria da difusão de inovações ou que esta última pode ajudar a explicar o crescimento urbano e regional e mesmo circunscrever o fenômeno da migração ou reduzir disparidades territoriais." (p. 51).

O espaço de ocorrência, que depende de outros espaços para existir, é um espaço de reprodução ampliada de riqueza, que é a relação de valor entre lugares diferentes. Sua objetivação é a realidade urbana, um espaço vertical (produção) e horizontal (circulação), de fluxos, que determinam um perfil.

É um espaço criado, porque dele se tem consciência como posse, como espaço concreto.

### 3. O Espaço de Reprodução Ampliada Composta.

O espaço de manifestação, como espaço de realização da produção e da circulação, é um espaço composto, um espaço de relações de produção. Ele foi estudado por David Harvey ("Modos de Integração Econômica" em A Justiça Social e a Cidade, Hucitec, 1980).

É, em primeiro lugar, um espaço de reciprocidade: "A reciprocidade envolve a transferência de bens, favores e serviços entre indivíduos em dado grupo de acordo com certos costumes sociais bem definidos." (pp. 177/8).

Em segundo lugar, é um espaço de redistribuição: "As sociedades ordenadas caracterizam-se por um modo redistributivo de integração econômica. A redistribuição envolve um fluxo de bens (ou em alguns casos o estabelecimento de direitos sobre a produção) para sustentar as atividades de uma elite. Caracteristicamente, há um fluxo de bens para dentro e para fora de algum centro." (p. 179).

Em terceiro lugar, é um espaço de mercado de troca: "A troca regularizada através de mercados de preço fixo é um mecanismo adequadamente harmonizado para coordenar e integrar a atividade de um grande número de indivíduos agindo independentemente. Mas, para ser efetivo, esse sistema requer que os indivíduos respondam apropriadamente aos preços assinalados - senão não haverá integração econômica. As respostas têm que estar dirigidas aos preços e lucros potenciais. É por isso que é o valor de troca, mais do que o valor de uso, o centro da permuta." (p. 181).

O espaço de manifestação é um espaço de relações de espaços e é um espaço universal. Ele consiste na relação de relações que contém o espaço dependente e o espaço único, como espaço ampliado composto, e é um espaço potencial. É um espaço de reprodução de riqueza que é a relação de relações de valor dos lugares. Sua objetivação é o espaço global, que é multidimensional.

O espaço de manifestação realiza-se nos espaços em si e de ocorrência. O espaço de ocorrência realiza-se pelos espaços em si e de manifestação. O espaço em si é suposto da existência dos espaços de ocorrência e de manifestação.

A análise deve considerá-los em conjunto, no estudo dos espaços a produzir, um produção e produzido. Os espaços a produzir, um produção e produzido são espaços existentes.

## II - A CATEGORIA SOLO E SUAS MANIFESTAÇÕES CONCRETAS

No capitalismo monopolista de Estado o solo se torna um espaço produzido pelo capital serviço (como tecnologia de informação e de comunicação), como solo urbano, industrial e agrário.

Por isso, os solos geológico e pedológico (como superfície estrutural de contato) são pressupostos dos espaços de produção (espaço em si), produzido (espaço de ocorrência) e de relações de produção (espaço de manifestação), como espaços existentes.

O solo natural é sempre solo potencial, ou seja, solo-capital a produzir. O solo em si aparece, cada vez mais, apenas como resíduo da determinação de valor, porque todo solo se torna solo para usos de produção e circulação, como investimento necessário à acumulação de capital.

O solo efetivo, diferente do solo em si, é, então, o solo que valoriza o capital, como uma das formas de solo-capital. O solo criado é o outro aspecto do solo-capital, que explicita a valorização da riqueza, no modo de produção capitalista.

O solo geográfico é, então, uma realidade manifesta como solos efetivos, criados e potenciais.

## III - A METRÓPOLE AMPLIADA COMPOSTA

O que é uma estrutura ampliada composta? É um conjunto orgânico de partes que se desenvolve - por concentração e por centralização - e que apresenta a peculiaridade de justapor realidades não homogêneas como conglomerados.

É essa a realidade metropolitana atual.

Isto presuppõe a existência anterior de uma metrópole clássica, homogênea e seu desenvolvimento ulterior como metrópole com subúrbios, expressão da existência de um setor interno - que tem origem na forma clássica - e um setor externo, que é forma nova de existência metropolitana.

A metrópole com periferia, forma atual, é o modo composto da forma metropolitana ampliada. Sua natureza interna é o conjunto de relações de organicidade que lhe dão coarência por justaposição das partes (setores).

O que são essas relações? Essas relações são expressão do valor fixado no solo e por ele transferido. Por isso, os modos de existência dessas relações são a segregação espacial e a agregação espacial. Daí a importância dos fluxos.



O VALOR GEOECONÔMICO DO SOLO URBANO COMO INDICADOR DO GRAU DE MROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO NAS METRÓPOLES DOS PAÍSES DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE OU ASSOCIADO. \*

Para a Mesa Redonda SOCIEDADE, ESPAÇO E RENDA DA TERRA NO BRASIL do 5º Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Porto Alegre de 17 a 23 de julho de 1982 - Rio Grande do Sul, BR.

Armando Correa da Silva  
(Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo)

O valor geoeconômico do solo urbano é o resultado da relação entre o valor do espaço produzido (terreno mais edificações em m<sup>2</sup>) em relação ao seu valor econômico estatal (valor venal para efeito de cobrança de impostos e taxas). É, portanto, um valor relacional, ou seja, uma relação de relações.

A lei geral de sua validade pode ser expressa como segue: o valor geoeconômico varia na razão direta do espaço produzido e inversa de seu valor estatal. Ou seja, quanto maior o espaço produzido maior o valor geoeconômico e, quanto menor o valor estatal, maior o valor geoeconômico.

Pesquisa realizada em São Paulo, no bairro da Consolação, localizado próximo ao CBD, em novembro de 1978, revelou os seguintes valores relacionais geoeconômicos (1):

	Classes	Números Absolutos	%
Bastante Grandes	20,00 - 428,57	5	0,60
Grandes	5,00 - 20,00	37	4,42
Médios	1,25 - 5,00	193	23,06
Pequenos	0,31 - 1,25	266	31,78
Bastante Pequenos	0,0008 - 0,31	336	40,14
Totais		837	100,00

para os seguintes tipos de espaços produzidos:

\* Comunicações à Mesa-Redonda "Sociedade, Espaço e Renda da Terra no Brasil", do 5º Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre, 1982.

Edificações Torresas	287	34	%
Sobrados	240	30	%
Edifícios	230	27	%
Outros	72	9	%
Totais	837	100	%

No caso dos edifícios o valor geoeconômico é expresso pelo total de unidades residenciais relativas a cada um deles.

As classes de frequência, de multiplicador 4, foram estabelecidas empiricamente, por análise da curva e com base na experiência direta de levantamento e mapeamento de localização, uma vez que não parece existir tabelas teóricas já estabelecidas para esse tipo de estudo.

O que significam esses dados?

- a) o índice de verticalização é alto;
- b) o bairro, embora caracterizado tradicionalmente como fazendo parte da antiga "zona de transição" possui alto índice habitacional residencial;
- c) o valor geoeconômico das classes Pequenos e Muito Pequenos perfaz 71,92 % do total.

Essa descrição precisa ser avaliada.

O que é grau de monopolização?

O monopólio, que decorre da posse da propriedade, que se institui no capitalismo como propriedade privada, permite ao seu possuidor cobrar ou impor ao usuário um tributo. Esse tributo, como renda, determina o preço.

Mas, a renda é mais-valia, produto de trabalho excedente. Então, esse tributo é apropriação de excedente. Como "A relação entre o preço de produção e o valor de uma mercadoria é determinada exclusivamente pela relação entre a parte variável e a constante do capital com que é produzido, ou seja, pela composição orgânica desse capital" (Marx, K., O Capital, Livro 3, Vol. 6) (2), segue-se que o volume de mais-valia apropriado depende, em primeiro lugar, do custo de produção anterior à utilização dessa propriedade urbana pelo capital imobiliário. Essa renda é, basicamente, renda diferencial.

Não se considera, aqui, o preço como se formando por concorrência simples. Então, se o preço de monopólio é "determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, sem depender do preço geral de produção ou do valor dos produtos", haverá sempre a a-

propriação de um excedente acima do lucro médio.

No entanto, a especulação imobiliária, se exerce um papel no sentido de expandir a procura de bens das Seções I e II, pode chegar a um ponto que passa a não interessar ao próprio capital em seu conjunto. É o que ocorre quando é solicitada a intervenção do Estado, ou quando este se antecipa à ocorrência do desequilíbrio. Não se está, aqui, considerando a situação de crise econômica, quando a regulação do mercado tem bases objetivas e, às vezes, automáticas (falências, concordatas, falta de capital de investimento, elevação de impostos, falta de financiamento etc.).

Resumindo-se, tem-se o seguinte:

- 1) A instituição da propriedade privada do solo permite a existência da renda diferencial urbana e esta determina o preço do solo urbano;
- 2) O preço do solo urbano depende, inicialmente, de seu custo de produção;
- 3) O preço do solo urbano depende, posteriormente, das capacidades de compra e venda desse solo, e se dá como valor acima do lucro médio;
- 4) A especulação imobiliária está sempre empurrando esse valor para cima, embora tenha limitações no funcionamento do próprio modo de produção;

O grau de monopólio, em cada momento, pode ser, então, definido, como a capacidade do vendedor em vender (ou alugar) em relação à capacidade do comprador em comprar (ou alugar), tendo em vista as determinações objetivas e subjetivas de valor do modo de produção.

Entre as determinações subjetivas é importante considerar a luta das classes e dos grupos sociais envolvidos nessa contradição, que oporia rentistas e capitalistas e proprietários ~~e~~ usuários. No entanto, é preciso considerar que estudos recentes indicam que o capital industrial e a propriedade fundiária, particularmente nas grandes cidades, não estariam mais em oposição e, não só isso, mas esta última teria se fundido ao capital financeiro. (Lojkine, J., O Estado Capitalista e a Questão Urbana). (3).

Então, o grau de monopólio do solo urbano seria, atualmente, uma função dos interesses conjuntos (secundariamente conflitantes) de rentistas, capitalistas, agentes do Estado e, mesmo em alguns casos, de usuários, até certo ponto associados por razões sociais.

Quais suas condições de ação, quando é o caso, em uma metrópole de país de desenvolvimento capitalista dependente ou associado?

Nestas circunstâncias, a taxa de exploração realiza-se, muito provavelmente, como retorno de investimentos estatais e privados, estes financiados pelos primeiros, ambos relacionados à lógica do consumo.

O que quer dizer isto?

Parece que, ao papel tradicional de exploração da população, a través do alto custo da habitação, dos pontos de comércio, indústria e serviços, além do dos aluguéis, acrescenta-se agora a necessidade do capital de valorização da propriedade urbana como adiantamento do capital que o capitalista, principalmente o Estado, na forma de capitalismo monopolista de Estado, faz a si mesmo, para efeito de novos investimentos em capital fixo e retornos cada vez maiores, até que as determinações objetivas e subjetivas do sistema tornem necessário o seu regulamento social. Isto estaria caracterizando o novo ciclo do capital urbano, nas grandes cidades.

Então, retornando ao início deste texto, o valor geoeconômico pode ser tomado como um indicador indireto do grau de monopólio do espaço metropolitano.

No exemplo citado, ela é indicado pela relação entre o valor do espaço produzido em relação ao seu valor econômico estatal. Por isso, os valores Bastante Grandes e Grandes somam apenas 5,02 %, porque são unidades de maior índice de monopolização. Os valores médios expressam - com 23,06 % - a relação entre os extremos e talvez sejam os valores que regulam os preços localmente.

Muito provavelmente, 94,98 % (a soma das 3 classes inferiores) do espaço geoeconômico estão sendo responsáveis - em forma a ser verificada - pela existência dos 5,02 % restantes.

São questões a discutir, no aprofundamento da análise.

BIBLIOGRAFIA

*[Handwritten scribbles and signatures]*

- (1) Silva, A.C. de (1982) A Metrópole Ampliada e o Bairro Metropolitano, Inédito, São Paulo.
- (2) Marx, K. (1968) O Capital, tradução de Reginaldo Sant'Anna, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- (3) Lojkins, J. (1981) O Estado Capitalista e a Questão Urbana, tradução de Estela dos Santos Abreu, Livraria Martins Fontes Editora Ltda., São Paulo.

\*\*\*\*\*

PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO, TROCA E CONSUMO DE SERVIÇOS NO CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO

~~Professora Lygia-Deconha de Departamento de Geografia da FFLCH-USP~~

~~Professora Lygia-Deconha de Departamento de Geografia da FFLCH-USP~~

~~Professora Lygia-Deconha de Departamento de Geografia da FFLCH-USP~~

Introdução

"É produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo, e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital." (Marx, K., Capítulo VI, Inédito, 1978: 71).

De que capital se trata?

Do capital que dá origem à mais valia absoluta (reprodução simples), e do capital - que supõe a existência do primeiro - que tem origem na mais valia relativa (reprodução ampliada do capital). Suas formas são o capital comercial, o capital industrial, o capital financeiro e, relacionada a estas, a renda.

Em nenhum momento é considerado o serviço como forma de capital. O Estado, inclusive, é algo que se considera como opondo-se aos interesses do capital.

Cabe verificar se isto é correto.

I - A Condição da Reprodução

Considere-se o seguinte: "Chamo de mais valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho." (Marx, K., O Capital, 1978: 363).

Trata-se do trabalho na indústria e é considerado o tempo de trabalho como trabalho necessário e como trabalho excedente.

Supondo-se uma jornada de trabalho de 12 horas, 10 horas serão consumidas como trabalho necessário (o equivalente do valor da força de trabalho) e, 2 horas, como trabalho excedente (que é mais valia absoluta). Não ocorrendo a alteração do tempo de trabalho necessário, o aumento do tempo de trabalho excedente só pode se dar pelo aumento da jornada de trabalho.

~~Professora Lygia-Deconha de Departamento de Geografia da FFLCH-USP~~

Supondo-se, agora, a mesma jornada de trabalho de 12 horas, a mais valia relativa ocorre quando há a contração do tempo de trabalho necessário e correspondente aumento do tempo de trabalho excedente. Isto é possível com o aumento da produtividade, que acontece como aumento da intensidade do trabalho, ou com a introdução, no processo produtivo, de máquinas modernas, inovações tecnológicas e combinação de processos de trabalho. Então, se o tempo de trabalho necessário se reduz a 9 horas, o tempo de trabalho excedente é de 3 horas.

Isto já foi demonstrado. (Marx, K., op.cit.).

### 1. Mais Valia Relacional ou Composta

O trabalho de serviço - operação, inspeção, controle, manutenção etc. - é uma parte do trabalho industrial, ao qual também corresponde um trabalho excedente. Que é necessário não é preciso demonstrar; e, se é produtivo, é útil. Mas, é mesmo produtivo? Ou seja, gera valor? Ou se trata de trabalho improdutivo, apenas custo necessário à produção?

A questão é demonstrar que o trabalho de serviço, que ocorre na relação entre o trabalho necessário à produção (que cria valor) e a máquina (que transfere valor à mercadoria), e que se expressa nessa relação, gera valor.

O argumento, aqui, é o de que o serviço não gera valor, como resultado direto do uso da força de trabalho, ou da máquina: o serviço é valor na relação entre a força de trabalho e a máquina.

Como medir esse valor?

O valor do serviço expressa-se como valor composto: parte tem origem no valor produzido pela força de trabalho, como valor fixado no produto; parte tem origem no valor transferido pela máquina ao produto.

É um valor relacional ou composto, ao qual corresponde um tempo de trabalho excedente relacional ou composto, que produz mais valia relacional ou composta, a partir do tempo ~~necessário~~ de trabalho necessário relacional ou composto.

### II - Reprodução Relacional ou Composta do Capital: O Serviço como Função Trabalho e Função Capital

O que é serviço? "Serviço é o efeito útil de um valor de uso, mercadoria ou trabalho." (Marx, K., op.cit., p. 217).

A reprodução simples do capital, enquanto produção contínua - ("... a reprodução é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital, isto é, como valor que se expande." Marx, K., op.cit., Livro 1, Vol.2, p.660) - produz mais valia absoluta, que tem origem no capital adiantado à produção e, portanto, no trabalho inicial.

Não se trata, ainda, de produção capitalista propriamente dita. Por isso, não considero, aqui, o valor de atividade de serviço nela existente. Esse valor existe como remuneração do capital a si mesmo. O serviço é trabalho não pago, porque é condição de existência do capital.

A reprodução ampliada do capital é acumulação de mais valia relativa que, esta, já contém a mais valia relacional ou composta, com origem na produção de mais valia absoluta. Trata-se, agora, de mais valia que é o ponto de partida do capital.

Então, a mais valia relacional ou composta só é forma desenvolvida de capital, quando a acumulação de capital atinge um estágio superior ("... a mais valia só pode ser transformada em capital porque o produto excedente, do qual ela é o valor, já contém os elementos materiais de um novo capital." Marx, K., op.cit., p.676).

A atividade de serviço, que gera mais valia relacional ou composta dá origem ao capital serviço, como forma particular de capital, que se separa do capital industrial, assim que o processo produtivo o permite.

O capital serviço organiza a produção, circulação, troca e consumo de valor de uso, mercadoria ou trabalho, como efeito útil.

O capital serviço é uma forma superior de capital. Embora sua existência seja antiga, só se desenvolve amplamente a partir do desenvolvimento do capital industrial, no modo de produção capitalista.

Então, a reprodução relacional ou composta do capital ocorre como produção, circulação, troca e consumo de mais valia relacional ou composta.

Qual o modo de existência do serviço?

O modo de existência do serviço é a função, como relação entre valor fixado e valor transferido. Ela existe como função técnica e se decompõe em função capital e função trabalho. A mais valia é apropriada, portanto, como conhecimento técnico, que é o produto.

A função capital - na origem - expressa-se na máquina, que fixa valor, na produção, como técnica fixada. A função trabalho - na origem - expressa-se no edifício (necessário à produção), que transfere valor, na produção, como técnica transferida.

Por isso, a função relacional ou composta da reprodução evidencia-se - na origem - na indústria da construção e na indústria de pro-

dução de máquinas, embora depois delas se separe, dando origem a ramos autônomos do processo produtivo (produção de projetos e desenhos industriais, por exemplo). O Capital Técnico é, então, forma de realização do Capital Serviço.

### III - O Capital Serviço como Produção e Consumo de Capital e Trabalho

A composição orgânica do capital, na indústria, apresenta-se como capital constante e capital variável. A forma do capital constante, como meio de trabalho (máquinas, edifícios etc.) é o capital fixo. ("O que faz de um produto capital fixo é a sua função de meio de trabalho no processo de produção." Marx, K., op.cit., Livro 2, Vol.3, p. 167).

A máquina, como meio de trabalho, transfere valor ao produto (valor fixado) e, com isso, perde valor de troca; o edifício, como meio de trabalho, transfere valor ao produto (valor transferido) e, com isso, perde valor de troca. Não se trata de movimento do capital sob a forma de uso, mas de transferência de valor. Há transferência de valor por - que contribuem à formação do produto, através de suas funções e entram na formação do custo de produção do produto final.

O capital serviço abrange um amplo setor da sociedade capitalista. O consumo de serviço, como capital, ocorre em muitas atividades. Considerem-se as seguintes:

Um aparelho de TV, como valor de uso, presta um serviço ao usuário, através da informação, sendo componentes da forma a imagem, o som, as cores etc.; um par de ~~camisas~~ <sup>calçados</sup>, como mercadoria, presta um serviço ao usuário, fornecendo-lhe proteção, conforto, status, sendo componentes da forma a qualidade, a cor, o estilo etc.; a datilografia, como trabalho, presta um serviço ao usuário, fornecendo-lhe um impresso, sendo componentes da forma o tipo, a cor, a composição etc.

Há, nesses casos, consumo de valor, valor-capital, nos dois primeiros casos, e valor-trabalho, no último, sendo o valor-capital expresso naqueles bens e o valor-trabalho neste serviço.

A administração pública registra, elabora e transmite informações públicas, e presta serviço através de comunicação pública; o planejamento público pesquisa, projeta etc., e apresenta mapas, relatórios etc.; o governo decide e informa através da comunicação pública: discursos, entrevistas, portarias, decretos, leis etc. Há consumo de valor-trabalho.

A firma de contabilidade registra, codifica e lança informações contábeis, apresentando balancetes, balanços etc.; a firma de marketing pesquisa o mercado e apresenta relatórios; a firma de computação e xerox codifica a informação, cruza dados, mapeia, faz cópias e reproduz



ções e apresenta folhas de computação e cópias; a firma de publicidade dá forma à propaganda e apresenta anúncios, out-door, filmes etc. Há consumo de valor-capital.

A pesquisa científica faz a descoberta científica e apresenta como resultados o artigo, o livro etc. Há consumo de valor-trabalho na instituição pública e de valor-capital na instituição privada.

A produção de serviço, como capital, ocorre também em muitas atividades.

Considere-se o exemplo seguinte:

Suponha-se a atividade industrial em pôrto de areia, olarias e cerâmicas, produção de cal e cimento, siderurgia e metalurgia, produção de madeira industrial, produção de peças e acessórios, produção de vidros, esquadrias e tacos de madeira, produção de lajotas, produção de mármore e espelhos, produção de portas e janelas, produção de fios e quadros de eletricidade, produção de inter-fones, produção de condutores etc. O serviço aparecerá ~~em~~<sup>na</sup> forma de inúmeras funções técnicas como técnica fixada e técnica transferida.

A demanda desses bens primários, intermediários e finais é feita, por exemplo, por uma firma ou empresa empreiteira. Ela compra essa mercadoria, adquire força de trabalho, capital-dinheiro e tecnologia, compra o terreno, prepara o terreno e produz o edifício. Trata-se da atividade de construção civil, necessária à produção de espaço e que responde por consumo de bens e serviços industriais.

Suponha-se o edifício ocupado por uma firma de elaboração de projetos, que nele tem os seus escritórios. Haverá necessidade de montagem: mobiliário e decoração, contratação de pessoal, aquisição de máquinas de escrever e objetos de trabalho diversos, artigos de escritório etc. - para a realização da produção: pesquisa, desenhos técnicos e artísticos, relatórios etc. O edifício é, então, capital fixo, como espaço produzido e no qual ocorre a produção de serviço.

Considere-se uma firma especializada em planejamento urbano e que demanda projetos à anterior. Ela pesquisa, para isso, o mercado de habitações - por exemplo -, a preferência dos consumidores de habitação etc. Trata-se, então, do efeito útil do espaço produzido, como espaço a produzir, através do consumo de serviço.

Então, o capital serviço, como acumulação de mais valia relacional ou composta, é o início do processo produtivo.

A produção de serviço, como produção de meios de produção e produção de meios de consumo, evidencia-se em duas formas: produção de in

formação e produção de comunicação.

Então, o consumo de serviço é, igualmente, consumo de informação e consumo de comunicação.

A produção e consumo de serviço, como trabalho, é a manutenção (substituição, reposição, reparo etc.) e o consumo propriamente dito, como atividade funcional técnica. O primeiro gera valor-capital, o segundo, valor-trabalho.

#### IV - Circulação e Troca de Valor-Serviço

##### 1. Valor-Serviço na Circulação.

###### a. Tempo gasto em Compra e Venda.

"... o tempo empregado na compra e venda não cria valor." (Marx, K., op.cit., p. 134). Contudo, o tempo de circulação tem um custo: é o custo necessário para converter os valores da forma mercadoria à forma dinheiro. (p. 136).

É o tempo de circulação um tempo de reprodução do capital? ("O tempo de circulação do capital constitui parte de seu tempo de reprodução, e do mesmo modo o tempo em que o capitalista compra e vende, vagueia pelo mercado, representa parte do tempo em que funciona como capitalista, como capital personificado." pp. 132/3).

O tempo empregado na circulação é manifesto como atividade (valor contido e expresso no fazer).

Que valor é esse?

Como desempenho de capacidades e habilidades adquiridas e atribuídas esse valor é valor-serviço, como valor-trabalho e valor-capital.

A atividade de circulação do capitalista, como tempo gasto no processo de circulação, é consumo de valor-serviço, como valor-capital, como capital que o capitalista adianta a si mesmo.

A atividade de circulação do trabalhador, a serviço do capitalista (por exemplo, o boy), como tempo de trabalho necessário à circulação de capital, é produção de valor-serviço, como valor-trabalho, do qual o capitalista se apropria, como excedente.

O valor-serviço, no modo de produção capitalista, é dispêndio de capital e apropriação do valor de força de trabalho, necessários à circulação, como conversão de forma mercadoria à forma dinheiro; como se expressa, neste caso, o excedente?

Ou, dito de outro modo, o que é o valor-serviço?

## b) Contabilidade.

O serviço de contabilidade, como tempo de circulação, não cria valor. ("Além do tempo empregado em compra e venda, existe o dispendido na contabilidade que absorve ainda trabalho materializado em penas, tinta, papel, móveis, custos de escritório. Gasta-se portanto força de trabalho, além de meios de trabalho. O que se dá aqui é o mesmo que observamos com referência ao tempo consumido em compra e venda." pp. 136/7).

Tempo de circulação é, aqui, tempo dispendido como valor-capital (expresso em objetos como "penas, tinta." etc.) e valor-trabalho (expresso como atividade técnica de serviço). Tempo dispendido é, por isso, consumo de força de trabalho e de meios de trabalho. Então, tempo dispendido = tempo consumido.

Qual é o resultado do serviço de contabilidade?

A firma ou empresa de contabilidade recebe informações contábeis, e as registra, segundo um padrão contábil, definido pela natureza do processo de reprodução do capital, e apresenta como resultado o balanço, o balanço etc. Trata-se de produção de informação e comunicação técnica para consumo do capitalista, no modo de produção capitalista.

O balanço, em sua forma material de um quadro de informações, impresso, padronizado, contém valor fixado e valor transferido, como valor-capital e valor-trabalho.

A demanda de contabilidade, que o capitalista faz à firma ou empresa de contabilidade, é capital que o capitalista adianta à circulação, como meio de realizar a conversão de forma mercadoria em forma dinheiro. Então, o balanço, em sua forma material, contém a forma mercadoria e a forma dinheiro, como técnica fixada e técnica transferida, ou seja, como informação e comunicação.

O valor do balanço contábil, como valor-serviço, é valor fixado e valor transferido. Portanto, valor composto. É um valor que existe como capacidades e habilidades da força de trabalho consumidas na produção como funções técnicas.

Ao capitalista, que demanda o balanço contábil, interessa apenas a informação e a comunicação existentes no produto final, como circulação de valor.

No entanto, ao capital serviço interessa a apropriação da mais valia relacional ou composta, existente na relação entre a técnica fixada e a técnica transferida. Essa relação existe na função técnica e se exprime no balanço, como o produto do serviço de contabilidade.

Como se dá essa apropriação?

c) Dinheiro.

O dinheiro, como tempo de circulação, não cria valor. Ao contrário, é consumo de valor. ("Duro e prata, enquanto mercadorias-dinheiro, constituem para a sociedade custos de circulação oriundos apenas da forma social da produção. São custos improdutivos da produção de mercadorias, que crescem com o desenvolvimento da produção de mercadorias e especialmente da produção capitalista. É parte da riqueza social, que tem de ser sacrificada ao processo de circulação." p. 139).

O dinheiro, como tempo de circulação, é expressão de uma relação entre o valor-capital e o valor-trabalho, ou seja, como capital-dinheiro, posto em circulação, e como trabalho não pago (capital), posto em circulação, expressos em um produto, como valor-serviço.

O valor-serviço do dinheiro, então, é sua existência como valor fixado e valor transferido.

O valor, enquanto valor fixado e transferido do dinheiro, como tempo de circulação, só existe como valor de valor (fatura, duplicata etc.).

Ao capitalista, que demanda dinheiro, como valor de valor, só interessa sua circulação. Ao capital serviço, contudo, o valor de valor interessa como apropriação de valor existente na relação entre o valor fixado e o valor transferido, como valor do tempo de circulação.

O que é esse valor, como valor-serviço?

2. Valor-Serviço na Conservação.

a) Formação de Estoques em Geral.

Como conservação, os estoques apresentam-se sob três formas : "a de capital produtivo, a de fundo de consumo individual e a de mercadorias em estoque ou de capital-mercadoria."(p. 143).

Trata-se, aqui, do capital-mercadoria. ("Ao existir como capital-mercadoria ou ao permanecer no mercado, ao encontrar-se portanto no intervalo entre o processo de produção de onde vem e o processo de consumo para onde vai - o produto representa mercadoria em estoque. Como mercadoria no mercado e por isso em estoque, o capital-mercadoria aparece duplamente em cada ciclo: como produto-mercadoria do próprio capital em movimento cujo ciclo se observa, e como produto-mercadoria que outro capital tem de encontrar no mercado, a fim de comprá-lo e trans-

formá-lo em capital produtivo." pp. 140/1).

A conservação importa em dispêndios de capital e trabalho. ("A existência do capital na forma de capital-mercadoria, de mercadoria em estoque, ocasiona custos que, não pertencendo à esfera da produção, figuram entre os custos de circulação." p. 142). Os dispêndios do capital e trabalho, na conservação, ocorrem como circulação de valor-serviço, como valor-capital e valor-trabalho.

A primeira circulação de valor-serviço, como valor-capital, ocorre na indústria, como capital industrial.

A segunda, "como produto-mercadoria do próprio capital em movimento", ou seja, como "mercadoria no mercado", ocorre fora da indústria, como capital serviço. Este capital serviço é quantidade, qualidade e trabalho. O valor-serviço, como valor-capital, é expresso, então, pela existência de capital fixo (armazéns, depósitos, empilhadeiras, máquinas registradoras etc.), tecnologia de conservação (refrigeradores, exaustores etc.) e trabalho de conservação (empilhagem, conferência etc.). O valor fixado, como valor-capital, é o valor-serviço existente na relação de serviço.

O valor-serviço, como valor-trabalho (valor transferido), ocorre como execução de serviço.

Para o capitalista o estoque só interessa como meio de realização de mais valia, como capital em circulação.

Ao capital serviço, contudo, o estoque interessa como realização de mais valia relacional ou composta de que se apropria.

#### b) Estoque de Mercadorias Propriamente Dito.

A realização de mais valia relacional ou composta ocorre como dispêndio de trabalho e capital na estocagem. ("Os custos de estocagem abrangem: 1) redução quantitativa na massa do produto (farinha, por exemplo); 2) deterioração da qualidade; 3) trabalho materializado e vivo, exigido pela conservação do estoque." p. 152).

É valor em circulação.

### 3. Valor-Serviço no Transporte .

O valor-serviço, como valor em circulação, é função relacional ou composta, que se expressa como relação de relações. ("Não é mister aqui entrar em pormenores dos custos de circulação, como, por exemplo, embalagem, classificação, etc. A lei geral é: todos os custos de circulação que decorrem apenas da mudança de forma da mercadoria não acres-

centam a este valor. São apenas custos para realizar o valor, para fazê-la passar de uma forma para outra." p. 152).

O valor-serviço, no trabalho de transporte, realiza-se no deslocamento dos valores-de-uso. ("Mas, o valor-de-uso das coisas só se realiza com seu consumo, e esse consumo pode tornar necessário o deslocamento delas, o processo adicional de produção da indústria de transporte. Assim, o capital produtivo nela aplicado acrescenta valor aos produtos transportados, formado pela transferência de valor dos meios de transporte e pelo valor adicional criado pelo trabalho de transporte. Este valor adicional se divide, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e em mais-valia." p. 153).

Qual sua proporção? ("A proporção de valor que os custos de transporte, não variando as demais circunstâncias, acrescentam ao preço da mercadoria, está na razão direta do volume e do peso dela." p. 154).

O valor-capital, nos transportes, é o valor da "transferência de valor dos meios de transporte". O valor-trabalho, nos transportes, é o valor do "valor adicional criado pelo trabalho de transporte." O valor-serviço, nos transportes, é, então, o valor relacional ou composto (mais valia), que se expressa como função de relação entre o valor das capacidades e habilidades dispendidas ao funcionamento e movimento de veículos (valor-trabalho), e o valor de funcionamento e movimento dos veículos, enquanto dispêndio de energia (valor-capital).

Essa função relacional ou composta, como valor-serviço, existe no processo de deslocamento do valor-de-uso. Por isso, ela se expressa como fluxo de valor-serviço, ou seja, como valor-serviço em circulação.

O valor-serviço em circulação é expresso pelo documento fiscal que acompanha os valores transportados.

O capitalista, que demanda transportes, só está interessado na circulação do produto-mercadoria enquanto capital.

O capital serviço, contudo, interessa-se pelo valor fiscal do trabalho de transporte, de cuja mais valia relacional ou composta se apropria.

#### 4. Valor-Serviço no Comércio.

##### Capital Comercial.

Como se subdivide o capital meroentil? ("O capital mercantil se subdivide em duas formas ou variedades. - capital comercial e capital financeiro..." Marx, K., op.cit., Livro 3, Vol. 5, p. 309).

O que é o capital comercial? ("O capital comercial nada mais é do que a forma e que se converte parte desse capital de circulação que

centam a este valor. São apenas custos para realizar o valor, para fazê-lo passar de uma forma para outra." p. 152).

O valor-serviço, no trabalho de transporte, realiza-se no deslocamento dos valores-de-uso. ("Mas, o valor-de-uso das coisas só se realiza com seu consumo, e esse consumo pode tornar necessário o deslocamento delas, o processo adicional de produção da indústria de transporte. Assim, o capital produtivo nela aplicado acrescenta valor aos produtos transportados, formado pela transferência de valor dos meios de transporte e pelo valor adicional oriado pelo trabalho de transporte. Este valor adicional se divide, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e em mais-valia." p. 153).

Qual sua proporção? ("A proporção de valor que os custos de transporte, não variando as demais circunstâncias, acrescentam ao preço da mercadoria, está na razão direta do volume e do peso dela." p. 154).

O valor-capital, nos transportes, é o valor da "transferência do valor dos meios de transporte". O valor-trabalho, nos transportes, é o valor do "valor adicional criado pelo trabalho de transporte." O valor-serviço, nos transportes, é, então, o valor relacional ou composto (mais valia), que se expressa como função de relação entre o valor das capacidades e habilidades dispendidas ao funcionamento e movimento de veículos (valor-trabalho), e o valor de funcionamento e movimento dos veículos, enquanto dispêndio de energia (valor-capital).

Essa função relacional ou composta, como valor-serviço, existe no processo de deslocamento do valor-de-uso. Por isso, ela se expressa como fluxo de valor-serviço, ou seja, como valor-serviço em circulação.

O valor-serviço em circulação é expresso pelo documento fiscal que acompanha os valores transportados.

O capitalista, que demanda transportes, só está interessado na circulação do produto-mercadoria enquanto capital.

O capital serviço, contudo, interessa-se pelo valor fiscal do trabalho de transporte, de cuja mais valia relacional ou composta se apropria.

#### 4. Valor-Serviço no Comércio.

##### Capital Comercial.

Como se subdivide o capital mercantil? ("O capital mercantil se subdivide em duas formas ou variedades - capital comercial e capital financeiro..." Marx, K., op.cit., Livro 3, Vol. 5, p. 309).

O que é o capital comercial? ("O capital comercial nada mais é do que a forma a que se converte parte desse capital de circulação que

está constantemente no mercado, em via de metamorfosear-se e se situa sempre na esfera da circulação." p. 311).

O que é o capital-mercadoria? ("O capital comercial portanto na da mais é do que o capital-mercadoria que o produtor fornece e tem de passar por processo de transformação em dinheiro, de efetuar a função de capital-mercadoria no mercado, com a diferença apenas de que essa função, em vez de ser operação acessória do produtor, surge como operação exclusiva de variedade especial de capitalistas, os comerciantes, e adquire autonomia como negócio correspondente a um investimento específico." p. 313).

Como o capital-mercadoria se converte em capital comercial? ("Assim, o capital-mercadoria, quando capital comercial, toma a figura de uma espécie autônoma de capital, por adiantar o comerciante capital-dinheiro que só se valoriza e funciona como capital, ocupando-se exclusivamente em propiciar a metamorfose do capital-mercadoria, a função do capital-mercadoria, sua transformação em dinheiro, o que faz por meio de compra e venda contínuas de mercadorias. Efetua exclusivamente essa operação; essa atividade que propicia o processo de circulação do capital industrial é a função exclusiva do capital-dinheiro com que opera o comerciante. Com essa função transforma ele seu dinheiro em capital-dinheiro, submete D ao processo D - M - D', e assim converte o capital-mercadoria em capital comercial." p. 316).

Há produção de valor? ("O capital mercantil é capital que só funciona na esfera da circulação. O processo de circulação é uma fase do processo global de reprodução. Mas, no processo de circulação não se produz valor, nem mais-valia portanto. A mesma quantidade de valor experimenta apenas mudanças de forma." p. 323).

Não há, então, produção de mais valia, como mais valia absoluta ou mais valia relativa. É possível a ocorrência de mais valia relacional ou composta? Em outras palavras: existe no comércio o valor-serviço? Qual a sua forma?

O que acontece na compra e venda de mercadorias?

O ato de compra e venda é uma relação entre o comerciante e o vendedor, de um lado, e, de outro, uma relação entre o comerciante e o comprador.

Suponha-se uma seção de compras de uma firma comercial. A direção, ou encarregado, decide pela compra de um lote de mercadorias. A seção de compras adquire, então, no mercado, esse lote de mercadorias.

O que acontece?



É acionada uma seção de serviço, que realiza a compra. Então, adianta-se capital-dinheiro, que se transforma em capital-mercadoria. O valor apenas muda de forma.

Suponha-se, agora, um departamento de vendas de uma firma comercial. A direção, ou encarregado, decide pela venda de um lote de mercadorias. O departamento de vendas realiza uma operação de venda desse lote de mercadorias.

O que acontece?

É acionada uma seção de serviço, que realiza a venda. Então, transforma-se capital-mercadoria em capital-dinheiro, acrescido de lucro. O valor muda novamente apenas de forma.

Mas, o valor muda de forma em dois momentos distintos:  $D - M$  e  $M - D'$ . Embora o comerciante possa estar interessado na maior rapidez possível do fluxo de mercadorias, para realizar logo  $D - M - D'$ , isso não ocorre, por duas razões: 1) há um dispêndio de serviço necessário à essa transformação, sob a forma de um tempo de serviço (como trabalho de escritório, que supõe um gasto de capital constante); e 2) a oferta e a procura não ocorrem de modo perfeitamente regular e isto produz um dispêndio de serviço, sob a forma de um tempo de serviço (como trabalho de balconistas e caixas, que supõe também um gasto de capital constante).

O dispêndio de tempo de serviço ocorre como necessidade de realizar uma dupla troca de valor-serviço, no processo de compra e venda de mercadorias. Parte do lucro do comerciante advém desse processo de dupla troca, de valor-serviço, deduzidos os dispêndios de capital constante e capital variável.

Como?

Por apropriação de mais valia relacional ou composta, contida nessa dupla troca.

O que é essa dupla troca?

Ela se expressa como uma dupla troca de serviços: informação e comunicação necessárias à troca.

Há troca de informação e comunicação internas e externas (como tecnologia de compra e venda). Ela se expressa como 1) trabalho investido na realização da troca de informação e comunicação para a efetivação de compra e venda e 2), capital investido na realização da troca de informação e comunicação para a efetivação também de compra e venda.

Então, o comerciante apropria-se de valor-serviço na compra e na venda.

Como? Ganhando na compra (quando o valor-serviço, como informação e comunicação, é resultado de uma troca desigual, desfavorável ao

vendedor), e na venda (quando o valor-serviço, como informação e comunicação, é resultado de uma troca desigual, desfavorável ao comprador).

Ao lucro do comércio acrescenta-se, então, a apropriação do valor-serviço.

Ao capitalista, que necessita comercializar suas mercadorias, só interessa a circulação do valor.

Ao capital serviço interessa, contudo, a mais valia relacional ou composta de que se apropria no processo de circulação.

5. Valor-Serviço nos Bancos.

Capital Financeiro.

O que é o capital financeiro? ("O dinheiro efetua movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e, conforme podemos acrescentar agora, do capital comercial (pois este se insinua de parte da circulação do capital industrial, parte que se torna operação própria e peculiar do capital comercial). Esses movimentos - ao se tornarem função autônoma de um capital particular que os executa, como operações peculiares, nada mais faz além disso - transformam esse capital em capital financeiro." p. 363).

Há geração de valor? ("Esta tarefa puramente técnica de pagar e de receber dinheiro constitui de per si trabalho que, ao servir o dinheiro de meio de pagamento, exige balanços de contas, operações de compensação. Este trabalho representa custo de circulação e não cria valor." p. 364).

Ocorre, nessa "tarefa puramente técnica de pagar e de receber dinheiro", a existência de mais valia relacional ou composta?

O que acontece com o caso do dinheiro, como produto do próprio dinheiro? ("Dinheiro - considerado aqui expressão autônoma de certa soma de valor, existe ela em dinheiro ou em mercadorias - pode na produção capitalista transformar-se em capital, quando esse valor determinado se transforma em valor que cresce, que se expande. É dinheiro produzindo lucro, isto é, capacitando o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não-pago - produto excedente e mais valia - e dela apropriar-se. Por isso, além do valor-de-uso, uso que possui o dinheiro, passa a ter outro valor-de-uso, isto é, o de funcionar como capital. Seu valor-de-uso consiste agora justamente no lucro que produz, uma vez transformado em capital. Nessa qualida

de de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar. Vale dizer - o capital como capital se torna mercadoria." p. 392).

É isso necessário? ("A conversão do dinheiro - o do valor em geral - em capital é o resultado constante, e a existência dele como capital, a condição permanente do processo capitalista de produção." p. 436).

Para a realização de juros, o capital financeiro tem que realizar operações técnicas de serviço. É no serviço bancário que se realiza a mais valia relacional ou composta, como técnicas de fixar e transferir valor.

Como se converte dinheiro em capital, valor fixado? Transformando-o em papéis bancários, que representam esse valor. Como existe o dinheiro, como capital, valor transferido? Como papéis bancários em circulação. Há, então, um serviço de produção desses meios de pagamento, e um serviço de circulação dos mesmos. Por isso, são necessários, também, ~~serviços~~ serviços de recebimento e pagamento em espécie (caixas), de registro das operações (contas bancárias), de registros personalizados de emissão (cheques, notas promissórias, duplicatas, papéis de empréstimo, cartões de crédito etc.) e de recebimento (guias, operações de compensação etc.).

O valor-serviço expressa-se, então, como tempo de serviço necessário à produção e circulação dos documentos bancários, como capital e trabalho investidos na realização das operações financeiras de informação e comunicação.

Ao juros, como parte da remuneração do capital financeiro, em seu ciclo próprio, dentro do ciclo geral, acrescenta-se, assim, apropriação de valor-serviço.

Ao capitalista, que necessita capital-dinheiro, interessa a circulação do valor.

Ao capital-serviço interessa, contudo, a apropriação da mais valia relacional ou composta existente no processo de circulação.

V - Produção e Consumo da Informação e da Comunicação como Capital Técnico

O lugar privilegiado de existência do capital técnico é a esfera de informação e comunicação, embora esteja presente em todo o processo de produção e circulação do capital.

Como forma autônoma, o capital de informação existe como serviço de produção de informações (inclui todos os produtores de informação, os veículos de informação, a difusão de informação e o consumo de informação). Como forma autônoma, o capital de comunicação existe como serviço de produção de comunicações (inclui todos os produtores de comunicação, os veículos de comunicação, a difusão de comunicação e o consumo da comunicação).

Trata-se de dois setores que, no modo de produção capitalista, estão amplamente desenvolvidos e em vias de autonomizar-se como formas de existência do capital.

O capital técnico, que se manifesta como valor-técnico na forma know-how, constitui aspecto desenvolvido do capital serviço.

VI - A Gênese do Monopólio Composto e o Estado

1. Capitalismo Monopolista: Concentração e Centralização do Capital.

O capital individual transforma-se em capital social, ainda na fase final do período de livre concorrência. ("Queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são apenas aspectos diferentes do mesmo processo, no sentido de que ambas expressem o desenvolvimento da produtividade. A acumulação acelera a queda da taxa de lucro, na medida em que acarreta a concentração dos trabalhos em grande escala e com isso composição mais alta do capital. A queda da taxa de lucro por sua vez acelera a concentração do capital e sua centralização, expropriando-se os capitalistas menores, tomando-se dos produtores diretos remanescentes o que ainda existe para expropriar. Assim, acelera-se a acumulação, em seu volume, embora sua taxa diminua com a queda da taxa de lucro." Marx, K., op.cit., Livro 3, Vol. 4, p. 278).

A concentração de capital corresponde ao aumento da escala de produção. Esse aumento é possível pela existência de mais valia relativa. Contudo, a centralização de capital, como combinação de capitais, só é possível com a existência de mais valia relacional ou composta.

Por isso, <sup>a</sup> socialização e racionalização do processo de trabalho; e transformação técnica, a mudança da composição orgânica ascendente do capital e nova transformação técnica; e o controle monopolista ou semi-monopolista dos mercados. (Sweezy, P.M., 1958: 282/3).

Então, se o capitalista industrial é substituído pelo administrador do capital e transforma-se no capitalista possuidor de dinheiro, a produção transforma-se em produção da produção, através do capital financeiro. ("Concentración de la producción; monopolios que se derivan de la misma; fusión o ensambladura de los bancos con la industria: he aquí la historia de la aparición del capital financiero y el contenido

de dicho concepto." Lenin, V., 1947: 60).

A combinação indústria-banco (e outras formas) é possível porque, como capital monopolista, ocorre a existência de mais valia relacional ou composta, tanto no âmbito da indústria, como no âmbito do banco.

Se produção é consumo, e consumo é produção, existe capital, no banco, e serviço, na indústria, como existência de mais valia relacional ou composta que é apropriada. Então, a produção da produção, como investimento, é consumo produtivo. ("Lênine acentua que a procura de mercadoria não deve ser identificada com o consumo individual; que existe também o chamado consumo produtivo, representando a procura de bens de produção, produtos da Seção I e provocada pelas despesas das firmas capitalistas para a aquisição de máquinas, de edifícios, de matérias primas e instalações necessárias à sua atividade, etc. Aliás, esta pode crescer, e cresce efetivamente mais depressa do que aquela; em certa medida, o consumo produtivo (= atividade de investimentos) é 'independente' do consumo individual, mesmo se é uma forma limitada de 'independência'." Dobb, M., 1957: 55/6).

O capital monopolista é, assim, a forma que assume o capital, como capital simples ou capital composto, ocorrendo continuamente produção de valor e transferência de valor, primeiro como mais valia relativa e, depois, como mais valia relacional ou composta.

É possível, portanto, a existência do monopólio simples, como momento inicial de formação do monopólio, por concentração de capital. O monopólio composto só pode surgir a partir da existência do primeiro. Ele existe como combinação - centralização - de monopólios.

## 2. O Monopólio Composto e o Estado.

A produção de mais valia relacional ou composta, no âmbito do Estado, é antiga. No capitalismo ela vai caracterizar o Estado capitalista. O Estado capitalista, na livre concorrência, pouco interfere no mercado. O Estado capitalista monopolista é possível, quando, com a existência do monopólio simples, ocorre a intervenção no mercado. A existência do capitalismo monopolista de Estado (CME) ocorre quando do advento do monopólio composto, o conglomerado, ocorrendo o controle do mercado.

Na medida em que o capitalismo - da fase anterior em que a produção determina o consumo (estudada por Marx) - passe à fase em que o consumo determina a produção, como investimento (estudada, por exemplo,

Kalecki, M., 1980, Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas), o Estado passa a ser a forma, para o capitalista individual ou coletivo, de realização da produção capitalista, como reprodução do valor, ou seja, como produção do valor do valor em forma ampliada composta, como a cumulação de mais valia relacional ou composta.

### Conclusão

A análise precedente demonstra que a mais valia relacional ou composta existe desde o período inicial da formação do modo de produção capitalista. Mas, só em condições desenvolvidas de reprodução ampliada pode dar origem ao surgimento autônomo do capital de serviços e, a partir deste, ~~do~~ capital técnico. Não obstante, o modo atual de acumulação inicia-se com o investimento prévio em capital de informação e capital de comunicação.

Nesse caso, argumenta-se aqui, que é a reprodução ampliada relacional e composta aquela que dá origem ao monopólio, em suas formas simples e composta e, na versão mais recente, ao conglomerado.

Esta análise, da determinação de valor do monopólio, por sua gênese interna, explica a expansão para dentro, do capitalismo, em suas formas de ocorrência atuais.

### Bibliografia

- 5 Marx, K., 1978, O Capital, Livro I, Capítulo VI (Inédito), tradução de Eduardo Sucupira Filho e Revisão de Célia Regina de Andrade Brunni, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., São Paulo.
- 4 Marx, K., 1978, O Capital (Crítica da Economia Política), tradução de Reginaldo Sant'Anna, Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro.
- 6 Sweezy, P.M., 1958, Teoría del Desarrollo Capitalista, Versión española de Hernán Laborde, Fondo de Cultura Económica, México.
- 3 Lenin, V., 1947, El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscú.
- 4 Dobb, M., 1957, Changes in Capitalism since the Second World War, Marxism today, 79-85 in Aspectos do Capitalismo Contemporâneo, Editora Felman-Rêgo, São Paulo.
- 2 Kalecki, M., 1980, Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, Ensaio selecionado e traduzido por Jorge Miglioli, 2ª edição, Editora Hucitec, São Paulo.

São Paulo, 1982.

## O CAPITAL TÉCNICO E O ESPAÇO \*

*Armando Coimbra da Silva*

O Capital Técnico tem origem na produção industrial, no momento em que a tecnologia incorporada à máquina e a tecnologia aprendida pelo trabalhador ganham autonomia como capital de serviços, na pessoa do trabalhador especializado e qualificado em serviços, que opera, não com a prática, mas com a técnica.

Considere-se que o início do processo pode ser expresso pela fórmula:

$C = c + v + m$  onde  $c$  = capital constante,  $v$  = capital variável e  $m$  = mais-valia.

Considera-se aqui que a técnica é inerente ao modo de produção capitalista e que seu desenvolvimento é constante.

No entanto, analiticamente, pode-se distinguir dois momentos:

a)  $C = c + v + m$ , em que a tecnologia não muda qualitativamente a produção, mas apenas a altera quantitativamente, e

b)  $C = ct + vt + m$ , em que a tecnologia passa a atuar de dentro do processo de acumulação.

Mas, o processo, aqui, ainda é primitivo e corresponde ao modelo da livre concorrência, quando a Ciência ainda não entrou para a esfera do capital, ou seja, não se criaram ainda trabalhadores que produzam a teoria e pessoas que operacionalizem como tecnologia aplicável à produção, de modo sistemático e permanente.

Os monopólios, entre 1870 e 1910 cumpriram esse papel.

A partir daí a fórmula se modifica, passando a expressar outros dois momentos distintos:

a)  $C = ct + vt + (T) + m$ , em que  $T$  está ainda subordinado a  $ct$  e a  $vt$  ( $T$  é o capital técnico), e

b)  $C = \sqrt{(c+v)} + T + (m)$ , em que  $T$  ganha autonomia como esfera do capital. Pode-se escrever, também:  $C = T + c + v + m$ . ✓

O primeiro momento manifesta-se quando se torna necessária a presença na fábrica, junto à linha de produção, da figura do engenheiro de produção. ✓

O segundo momento é manifesto quando o controle do processo produtivo sai das mãos do engenheiro de produção – e, portanto, também das mãos dos operários da linha de produção – e passa às mãos do operador do computador (isso só foi possível com o advento da informática, que teve por base o desenvolvimento, por sua vez, da eletrônica).

Mas, o operador do computador pode ser reduzido a um simples complemento da linha de produção, como técnico que é.

É preciso verificar, então, quem **pensa** o processo produtivo. A pessoa que faz isso é o **programador**, que domina o conhecimento das linguagens de programação de computadores.

*Armando Coimbra da Silva*

\* Publicado originalmente em *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 65, AGB-SP, 1987.

Mas, o programador, que é um técnico-cientista – porque pode operar e pensar – depende da definição dos objetivos da produção, que escapam a seu controle.

Assim, o escritório de projetos industriais, que se situa na fábrica ou fora dela, é que determinará os limites técnicos da produção. Mas, não pode fazê-lo sem o auxílio decisivo dos economistas, administradores de empresa, especialistas em marketing, em relações humanas etc., que são pessoas aptas a pensar o processo produtivo.

Essas pessoas, no entanto, e por fim, estão subordinadas às decisões daqueles que possuem o controle financeiro da fábrica, vale dizer, os empresários.

Pode-se, por isso tudo, dizer que o funcionamento do que se vem chamando de capitalismo de organização, tem seu fundamento nas descobertas científicas e em sua operacionalização técnica.

O Capital Técnico pode, então, ser representado, em sua parte constante, pela maquinaria moderna de informação e de comunicação, simbolizada no computador, que possui um vídeo (e nos terminais); em sua parte variável é representado pela força de trabalho dos operadores, que manipulam a informação e a comunicação.

Convém examinar isto.

Se o capital de informação pode ser expresso pela fórmula:

$$C_i = c_i + v_i + m$$

e o capital de comunicação por:

$$C_c = c_c + v_c + m,$$

então, o Capital Técnico expressa-se como:

$$T = c_{ic} + v_{ic} + m.$$

No entanto, apresenta-se aqui um problema. É que o Capital Técnico não corresponde a uma forma histórica de acumulação, mas a uma forma espacial, porque, com os monopólios, o capitalismo se espacializa, gerando o mercado exterior.

É preciso, pois, levar em consideração dois aspectos:

a) o capital continua a apoiar-se – no lugar, no tempo de trabalho socialmente necessário;

b) mas, desenvolve uma esfera de lucro nas relações espaciais.

Como explicar essa segunda gênese do valor?

Ele não existe na máquina e no trabalho, mas na relação homem-máquina.

A mais-valia aí gerada só pode explicar-se como um valor que surge na relação. Mas, quem estabelece a relação? Essa pessoa é o técnico – engenheiro de produção, operador de computação etc.

Mas, o técnico presta apenas um serviço. Contudo, um serviço que se tornou parte imprescindível do processo produtivo. Não se trata apenas de “custo necessário à produção”, mas de um novo tipo de trabalho produtivo.

Esse novo tipo de trabalho gera uma porção diferenciada de mais-valia: a mais-valia relacional ou composta, que é um valor espacial.

A fórmula completa é, então:  $T = c_{ic} + v_{ic} + m$ .

Esse valor espacial, no entanto, atua sobre as formas históricas de mais-valia (absoluta, relativa), transformando-se, através da modernização. Alteram-se os padrões de velocidade, porque a inércia do capital fixo é superada pelo aumento da rapidez de fluxo do capital circulante.



Tornam-se complexas as relações espaciais, mas a tecnologia para lidar com isso existe, apoiada na Teoria dos Sistemas.

O que pode ser chamado de capitalismo científico e tecnológico opera, assim, com um padrão de velocidade aparentemente mais lento do que nas fases anteriores, porque a modernização atinge desigualmente o sistema.

Isto merece uma consideração.

As relações espaciais são mais lentas, mas o volume de valor por unidade (mais-valia relativa) é maior e cresce nas articulações (mais-valia relacional), porque se trata de valor ou valor relacional ou composto.

de valor

Isso afeta a rotação do capital: na esfera do capital constante o capital fixo torna-se cada vez mais pesado e atua como fator de imobilização do valor; a velocidade tem que ser recuperada, então, na esfera do valor circulante. Para isso, o sistema de transportes e comunicações tem que operar com o mínimo de atritos, em situações herdadas do passado. Na esfera do capital variável, o processo depende da reformulação do ensino técnico, profissional e acadêmico - e de sua difusão.

Mas, o Capital Técnico resolve essa contradição, porque nele reúnem-se, nas mesmas pessoas, a máquina, o salário e o conhecimento, ou seja o capital constante e o capital variável estão juntos, num só fator de produção.

Não obstante, é possível considerá-los separadamente.

Na esfera do capital fixo torna-se importante o desenho industrial e o padrão de construção (arquitetura) dos objetos de consumo e de produção, de acordo com os espaços projetados e os espaços disponíveis.

A organização da produção, circulação, troca e consumo de bens e serviços coloca, então, o problema do espaço necessário a isso (urbanismo, paisagismo).

Na medida em que o espaço é objeto de interesse do capital, ele se torna mercadoria e passa a existir segundo as leis do modo de produção capitalista.

Torna-se importante, por isso, a distância entre os elementos da produção, circulação, troca e consumo.

Mas, o que medirá o espaço necessário será a distância média, que varia segundo os tipos de transporte, a tecnologia, a velocidade, o clima e outras condições geográficas. Portanto, de um lugar para outro do Globo.

Também é importante a dimensão - o tamanho - dos meios de produção, circulação, troca e consumo.

Na verdade, distância e tamanho são elementos da mesma dimensão espacial.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARX, K. (1978) *O Capital (Crítica da Economia Política)*, tradução de Reginaldo Sant'Ana, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A.

SILVA, A.C. da (1982) *Produção, Circulação, Troca e Consumo de Serviços no Capitalismo Monopolista de Estado (Fundamentos de Economia Política do Monopólio)*, São Paulo, ~~eduto~~ Publicado neste livro.

\_\_\_\_\_ (1985) *Metrópole: Cidade Inchada ou nova Lógica do Capital?*, São Paulo, *Ciência e Cultura*, 37 (8). Publicado neste livro.

## NATUREZA DO TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA HUMANA E SUAS LIMITAÇÕES

~~Armando Cortes da Silva~~

Considero aqui três modalidades de conceito de campo em Geografia Humana: os trabalhos analíticos empíricos, os trabalhos com enfoque lógico e a análise dialética epistemológica e ontológica. A consideração levanta alguns problemas: o que ocorre a respeito da categoria espaço no trabalho do geógrafo? como se põem as questões do pluralismo do conhecimento e da interdisciplinaridade? como pode se dar a unidade do conhecimento? como romper com a clausura da informação, num mundo em competição?

### Uma Apresentação do Tema

Num sentido empírico tradicional o campo confunde-se com o lugar que se percebe e do qual se pode ter vivência cotidiana: nesse sentido ele é parte de um território, de uma região, de uma área. Os geógrafos que receberam influência do naturalismo realizaram trabalhos com essa concepção. Um exemplo, muito conhecido, é o de Vidal de La Blache que, em seus Princípios de Geografia Humana (organizados por De Martonne), tem esse parâmetro: pesquisar primeiro, depois teorizar. Sabe-se que não sistematizou teoricamente seus conhecimentos. Assim, seus conceitos estão esparsos por sua obra, principalmente sua idéia de região. Ainda num sentido empírico o trabalho de campo pode aparecer como conhecimento de território, como em Ratzel, para quem o Estado é um resultado da ligação orgânica da sociedade com o solo. Pode ocorrer também o conhe-

cimento da área, como em Hartshorne, que procura apreender a singularidade do lugar, por meio da sucessiva integração de fenômenos heterogêneos. Por mais elaborado que seja o resultado dessa concepção ela é expressão da coordenação daquilo que é de domínio do senso comum. Por isso, faz-se a crítica segundo a qual se o conhecimento científico não se diferenciava das aparências da realidade não seria necessária a ciência.

Recentemente, essa concepção recebeu a crítica do positivismo lógico ou neo-positivismo. A diferença consiste no seguinte: o positivismo naturalista, de origem em Kant (entre outros), reconhece a essência da realidade, mas não acredita possível conhecê-la. A não solução da questão leva o neo-positivismo a não se preocupar com a essência do real e a estudar minuciosamente as suas aparências. Esta atitude conceptualiza uma noção de campo diferente da primeira. Aqui, o campo é desde logo uma apreensão psicológica e fenomenológica do observador. Isto significa que a leitura do mundo aparente, tomado como o real, será a base do trabalho, sendo por isso valorizados recursos técnicos recentes, que permitem chegar à exatidão da medida matemática. Os modelos, por exemplo, são *constructos* teóricos que, de certo modo, substituem o campo da concepção positivista naturalista.

Recebido para publicação em Junho de 1980  
Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia da FFLCH da USP

\* Publicado originalmente na Revista do Departamento de Geografia da FFLCH da USP, São Paulo, 1982.

Atualmente a Geografia Humana vem desenvolvendo um raciocínio ontológico e epistemológico de caráter dialético, em várias vertentes. São contribuições como as de Yves Lacoste, Milton Santos, Prestipino, Quaini, James Anderson entre outros. Neste caso, o conceito de campo torna-se uma entidade categorial, que é o ponto de partida da análise do espaço. O lugar, por exemplo, na concepção deste autor, pode ser definido como uma totalidade de relações de localização determinadas, que, como espaço humano ou social é produzido pelo homem e, ao mesmo tempo o reproduz.

### Os Trabalhos Analíticos Empíricos

O método dos trabalhos analíticos empíricos é elaborado segundo a experiência, que constitui o parâmetro básico de julgamento.

Trata-se de uma pesquisa que, desde logo, deve contar com um apóio de conhecimento oral ou escrito, que pode constar de depoimentos, documentação cartográfica, fotos aéreas, perfis etc.

O trabalho de campo realiza-se, então, com a observação da paisagem e a coleta de dados, conforme os objetivos do pesquisador. Por isso, a excursão, e o contato direto com a população é importante, podendo aplicar-se questionário ou realizar-se entrevistas.

Segundo os partidários deste tipo de trabalho de campo, o verdadeiro conhecimento só pode dar-se com esse contato direto, que inclui o "sentir" a situação pesquisada.

Este tipo de trabalho remonta à época em que o acesso à informação era mais difícil do que hoje em dia, inclusive por não existir à disposição. Esta mesma ótica continua a ser utilizada, agora com o auxílio de instrumentos mais aperfeiçoados. Mas, é importante constatar que estes instrumentos não alteram o conceito de campo e, por isso, a essência dessa modalidade de pesquisa. Mesmo quando se faça uma distinção entre prática e técnica.

### Os Trabalhos com Enfoque Lógico

O método dos trabalhos com enfoque lógico em Geografia Humana é uma decorrência da construção, matemática ou não, de modelos, que representam uma realidade "ideal" e que operam como hipóteses e teorias. Na sua construção, esses modelos recebem o tratamento do método científico — hipótese, observação, análise e generalização — que permite a análise da realidade representada a partir desse recurso.

Por isso, o modelo apresenta-se não como a realidade é, mas como deveria ser, dadas certas condições, cujas referências são de ordem de coerência lógica. Daí a importância da matemática para sua elaboração. Particularmente a Estatística é amplamente utilizada para a verificação de hipóteses, com cálculos de classes de frequência, variância, desvio padrão etc. A matriz permite a operacionalização do modelo.

Neste caso, a pesquisa confunde-se com o teste de hipótese e a verificação dos desvios em relação a um padrão. Por isso, a teoria geral dos sistemas é aqui aplicada, porque permite apreender com precisão o funcionamento da realidade suposta no modelo.

O trabalho de campo em Geografia Humana com modelos substitui a paisagem percebida diretamente e "sentida", por suas representações funcionais abstratas, documentadas sob a forma da ordenação lógica dos elementos da realidade.

Assim, os trabalhos com enfoque lógico substituem os estudos diretos da aparência, por estudos indiretos, embora apoiados na precisão das calculadoras e dos computadores.

Por isso, o campo empírico é substituído por um campo psicofenomenológico positivo.

### A Análise Dialética Epistemológica e Ontológica

Os trabalhos com análise dialética epistemológica e ontológica apresentam-se com uma concepção diversa dos anteriores.

Seu suposto é de que é possível o conhecimento teórico do real a partir da apreensão das categorias básicas do ser.

Na vertente epistemológica, como em Bachelard, há a decorrência de um estruturalismo genético, que indica as categorias num sentido idealista objetivo. Neste caso, o campo é um conceito muito próximo do das concepções lógicas, embora se pretenda trabalhar com a essência do real. Em alguns casos surge um estruturalismo sistêmico como em Milton Santos (Por uma Geografia Nova).

Os trabalhos com análise dialética ontológica apresentam, por sua vez, duas variantes: a ortodoxa (hermenêutica) e a moderna (analítica). A primeira corresponde à idéia da afirmação sobre a essência de um ser, como em Marx, por exemplo, quando diz que as categorias são manifestações do ser, determinações da existência. A segunda apresenta-se como uma construção dialética, analítica, em que a ontologia, como afirmação do ser, é completada com afirmações sobre sua aparência; ocorrem, então, no discurso, afirmações das do tipo da de Marx, como a enunciada e também definições de caráter lógico. Contudo, ambas as posições retêm a idéia de substância como fundamento. Harvey (1973), com seu capítulo sobre "Valor de Uso, Valor de Troca e a Teoria do Uso do Solo Urbano" é um bom exemplo da variante moderna.

O conceito de campo na análise dialética epistemológica, como em Milton Santos (Por Uma Geografia Nova), aparece como uma essência que é imediatamente (fenomenologicamente) percebida. A análise de Santos, embora imanente, refere-se, como diz, ao que se está passando diante de nossos olhos.

O conceito de campo na variante ortodoxa da análise dialética ontológica surge, desde logo, sob a forma de manifestações do real, manifestações estas que são uma forma cujo conteúdo não é dado diretamente. Trata-se de apreender o movimento do real através de uma análise de relações necessárias e determinadas, das quais as pessoas não têm, por força, consciência e, ainda, que independem dessa cons-

ciência. Neste caso, diz-se que é a existência que determina a consciência e não o contrário, como em Marx.

Então, o campo, para esta concepção é um real sensível (o concreto dado à percepção) que, através de abstrações é elevado à qualidade de um real lógico: ainda em Marx, o concreto é a unidade do diverso, síntese de múltiplas determinações.

O trabalho de campo na análise dialética epistemológica consiste na coleta direta ou indireta de informações, que são organizadas estruturalmente, segundo seqüências articuladas por sua lógica aparente, referida à essência da realidade.

O trabalho de campo na análise dialética ortodoxa consiste na reflexão ontológica a propósito da totalidade, na apreensão das categorias elementares do fenômeno em estudo, que já contém o todo. O "conceito simples" de Hegel, é desde logo, uma totalidade. Em Marx, a mercadoria é a célula elementar do modo de produção capitalista, mas contém imediatamente a totalidade deste modo de produção. A análise prossegue, em termos da reflexão, sobre conceitos mais amplos que contém os primeiros, por um processo de abstração que ganha concretude no andamento da análise.

Esses "conceitos simples" são a apreensão científica do real em suas manifestações empíricas. Por isso, o campo do analista ortodoxo é um todo relacional que evidencia seu aspecto geral na particularidade das formações sociais, históricas concretas. Pode-se dizer também, por analogia, geográficas concretas.

O trabalho de campo na análise dialética analítica (moderna) separa os dois momentos do método ortodoxo. Por isso, há um movimento da reflexão, que acompanha um momento de coleta de informações empíricas, que são tomadas como manifestações do real. Por isso, também aqui, como na análise ortodoxa, o conhecimento é sempre uma aproximação.

Tanto a concepção ortodoxa como a concepção moderna podem lançar mão dos mais atuais avanços da tecnologia.

## A Categoria Espaço e sua Apreensão no Processo de Trabalho de Campo em Geografia Humana

O conceito de campo em Geografia Humana apresenta hoje uma dimensão de que devem dar conta as abordagens mencionadas: é que não existe Geografia sem teoria espacial consistente.

Uma teoria espacial consistente só se põe para a análise desde que se disponha de um conceito a respeito da natureza do espaço.

Esse conceito deve ser coerente ontológica e epistemologicamente, para que a praxis do geógrafo em Geografia Humana seja adequada.

Até o presente, a proposição de HARVEY (1973) de espaço absoluto, relativo e relacional — com as restrições que se possam fazer a ela — parece ser a mais completa, o que não significa que esgote o assunto. O próprio HARVEY considera o espaço como multidimensional (1969). A relacionalidade é assunto já contido nas proposições de Einstein e Infeld, Lacey e mesmo em um geógrafo como Jean GOTTMANN (1952) em seu trabalho "La Politique des États et leur Géographie". Não obstante, Harvey avança muito em sua consideração.

Então, deve-se ter em mente que a Geografia Humana tem trabalhado com a noção de espaço absoluto, na primeira modalidade de trabalho de campo examinada aqui. Também o tem feito, pelo menos a partir de M. SORRE (1957), com o espaço relativo. E, agora, está lidando com a relacionalidade em duas vertentes: a sistêmica e a dialética.

## O Pluralismo do Conhecimento Geográfico Humano e o Problema da Interdisciplinaridade no Trabalho de Campo

Na medida em que a Geografia Humana transformou-se num conjunto de disciplinas especializadas, tais como Geografia da População, Geografia Agrária, Geografia Urbana, Geografia das Indústrias

e outras, coloca-se para ela o problema da unidade do conhecimento, que implica numa interdisciplinaridade, visto que a própria intradisciplinaridade tende a ser difícil de constituir-se. Não está havendo uma contrapartida de relacionamento científico, em razão da divisão do trabalho contemporânea e surgimento de novas disciplinas. O trabalho de campo torna-se, então, um problema de muitos trabalhos de campo. Pierre George faz referência a isso quando propõe, não o método da geografia, mas "Os Métodos da Geografia", situação que ocorre também a Michel Philipponneau com o seu "Géographie et Action", subdividido nas especializações.

## Questões sobre a Unidade do Conhecimento em Geografia Humana no que diz Respeito ao Trabalho de Campo

A tendência atual inevitável é a da fragmentação do conhecimento? Inclusive em Geografia Humana?

Então, teríamos que enfrentar o problema do desenvolvimento tecnológico compatível com as inúmeras variações do real. Por isso, deveria falar-se em trabalhos de campo em Geografia Humana.

Assim, também em Geografia da População, em Geografia Agrária, em Geografia das Indústrias etc. O que, por seu turno, comporta subdivisões ainda menores.

Alguma modalidade de estruturalismo, sistêmico ou dialético, parece ser a solução para a unidade.

O especialista, multiespecializado, ou a reunião dos especialistas diferenciados? Como se propõe o trabalho de campo em Geografia Humana?

O especialista, multiespecializado, realizará um trabalho de campo adequado se conseguir reunir os meios materiais de que necessita, no processo de cooperação ou competição com os outros especialistas.

Os especialistas de várias modalidades podem juntar seu conhecimento em equipes. Mas, a expe-

ciência — que não deve ser abandonada — tem mostrado que essas equipes funcionam mal.

Qual a solução?

Parece que, no atual estágio, o que deve ser repensado é a natureza da divisão do trabalho entre os intelectuais, mesmo entre os intelectuais orgânicos, no sentido de Gramsci.

Para isso, a Geografia Humana deve realizar o trabalho de campo necessário à verificação de suas possibilidades de êxito. E ela pode contar com o fato de que a crise que vive traz consigo os elementos que levam à solução.

O que é, então, o Trabalho de Campo em Geografia Humana?

O trabalho de campo em Geografia Humana tornou-se uma questão complexa, no momento em que a sociedade tornou-se ela também complexa.

Há hoje um grande número de técnicas, aparelhos e instrumentos que devem facilitar a vida humana.

É preciso apreender a prática, a técnica, a pesquisa, a ciência e a reflexão do trabalho de campo.

É preciso compreender a dimensão do humano em Geografia, sem o que não se faz Geografia Humana, mesmo quando se lida com Geografia Econômica, Social, Política ou Cultural.

É preciso democratizar o ensino, sem o que o acesso ao próprio trabalho de campo se torna impossível.

A democratização do trabalho de campo em Geografia Humana implica, principalmente, no direito à informação técnica, de pesquisa científica e de reflexão.

Por isso, o trabalho de campo em Geografia Humana não deve ser encarado apenas como um desempenho "eficaz", que nem sempre é bem sucedido.

Para alcançar esses objetivos, põe-se a questão de lutar para que existam essas condições de democratização do trabalho em geral.

Não são objetivos impossíveis de serem alcançados.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, J. (1977) — Ideologia em Geografia: Uma Introdução, tradução de Ros Mari Zenha Kaupatez, revisão de Wagner Colombini Martins, AGB-SP, Seleção de Textos nº 3, São Paulo.
- BACHELARD, G. (1977) — Epistemologia, tradução de Nathanael C. Caixiro, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- CHORLEY, R. J. (e) HAGGETT, P. (1975) — Modelos Sócio-Econômicos em Geografia, tradução de Arnaldo Viriato de Medeiros, revisão técnica de Antonio Olívio Ceron, EDUSP, Livros Técnicos e Científicos Editora, Rio de Janeiro.
- COEHN, M. R. (e) NAGEL, E. (1942) — Textbook of Logic, Allen (e) Unwin Ed., London.
- EINSTEIN, A. (e) INFELD, L. (1976) — A Evolução da Física, tradução de Giazone Rebuá, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- GEORGE, P. (1972) — Os Métodos da Geografia, tradução de Heloysa de Lima Dantas, DIFEL, São Paulo.
- GOTTMANN, J. (1952) — La Politique des Etats et leur Géographie, Librairie Armand Colin, Paris.
- GRAMSCI, A. (1978) — Os Intelectuais e a Organização da Cultura, tradução de Carlos Nelson Coutinho, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

- HARTSHORNE, R. (1978) — Propósitos e natureza da Geografia, tradução de Thomaz Newlands Neto, supervisão de Fábio M. S. Guimarães e L. M. C. Bernardes, HUCITEC-EDUSP, São Paulo.
- HARVEY, D. (1969) — *Explanation in Geography*, St. Martin's Press, New York.
- HARVEY, D. (1973) — *Social Justice and the City*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- HEGEL, G. W. F. (1974) — "A Fenomenologia do Espírito" in *Os Pensadores*, XXX, seleção, tradução e notas de Henrique Cláudio de Lima Vaz, Abril Cultural, São Paulo.
- LA BLACHE, P. V. DE (1954) — *Princípios de Geografia Humana*, Edições Cosmos, tradução, notas e prefácio de Fernandes Martins, Lisboa.
- LACEY, H. M. (1972) — *A Linguagem do Espaço e do Tempo*, tradução de Marcos Barbosa de Oliveira, Editora Perspectiva, São Paulo.
- LACOSTE, Y. (1979) — *A Geografia Serve Antes de Mais Nada para Fazer a Guerra*, Ed. do MG, São Paulo.
- MARX, K. (s/d) — *O Capital. Crítica da Economia Política*, tradução de Reginaldo Sant'Ana, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- MARX, K. (1977) — *A Ideologia Alemã*, tradução de José Carlos Brunl e Marcos Aurélio Nogueira, Editorial Grijalbo, São Paulo.
- PHILIPPONNEAU, M. (1960) — *Géographie et Action. Introduction a la Géographie Appliquée*, Librairie Armand Colin, Paris.
- PRESTIPINO, G. (1977) — *El Pensamiento Filosófico de Engels. Natureza y Sociedad en la Perspectiva Teórica Marxista*, tradução de Fernando Hugo Azcurra, Siglo Veintiuno Editores, México.
- QUAINI, M. (1979) — *Marxismo e Geografia*, tradução de Lilliana Laganá Fernandes, revisão técnica de Mário Antonio Eufrásio e Moacyr Marques, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- RATZEL, F. (1978) — *O Solo, a Sociedade e o Estado*, tradução inédita de Mário Antonio Eufrásio do original "Le Sol, la Société et l'État" in *L'Année Sociologique*, 3.ème année, 1898-1899, Paris.
- SANTOS, M. (1978) — *Por Uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, HUCITEC-EDUSP, São Paulo.
- SILVA, A. C. DA (1971) — *Notas sobre o Método Científico e a Observação em Geografia, Método em Questão nº 2*, IGEOG- USP, São Paulo.
- SORRE, M. (1957) — *Rencontres de la Géographie et de la Sociologie*, Marcel Rivière et Cie., Paris.

# FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO POLÍTICO NA ÁFRICA \*

ARMANDO CORREIA DA SILVA

## INTRODUÇÃO

A fronteira é a expressão mais acabada do território político. Como o território é aquela porção de terreno de que se tem domínio ou posse a fronteira é a sua delimitação decorrente da presença de outro território, pertencente a outros (1).

A fronteira tem origem possivelmente na divisão do trabalho entre povos nômades e sedentários, com a separação entre o campo e a cidade e o aparecimento da propriedade privada (2). Uma das primeiras delimitações efetivas talvez tenha sido a muralha que cercava as cidades antigas, desde que veio a se formar o Estado. É que com este se estabelece a necessidade de formalização do território político. Daí, talvez, ser a expansão da fronteira uma decorrência da expansão do Estado.

\* Publicado originalmente por O-rientação, nº 5, Instituto de Geografia, USP, São Paulo, 1984.

(1) — É a idéia de espaço político. "O espaço político é um espaço humano que se realiza como domínio sobre o espaço produzido. Por isso, ele implica em domínio de parte da sociedade sobre outra através do Estado. Para que isso ocorra é preciso que a sociedade esteja dividida em classes antagônicas. Então, a relação de dominação tem a ver diretamente com a forma de propriedade, em primeiro lugar, do solo, em segundo lugar, dos instrumentos e meios de trabalho.

"O espaço produzido não é o mesmo em todos os tempos e lugares, mas varia com o modo de produção. Ele assume, assim, formas próprias ao desenvolvimento do modo de produção, de acordo com as características deste e as particularidades da formação espacial e social que lhe corresponde. Essa particularidade expressa o movimento do real, as formas velhas sendo substituídas pelas novas ao longo da história.

"O espaço é produzido segundo os interesses da classe ou das classes dominantes da sociedade. Como o domínio político deve justificar-se através da coerção ou do consenso, ele se expressa como ideologias, que servem de justificativa do poder". (Silva, 1981, p. 1).

É importante considerar os casos em que não existe o Estado, mas o povo tem domínio sobre o território, como se verá adiante. É uma questão ainda pouco esclarecida do ponto de vista teórico.

(2) — Pode ocorrer a inexistência de propriedade privada da terra como bem esclareceu Godellier ao referir-se ao modo de produção asiático em trabalho recente.

Convém, no entanto, discernir alguns tipos de fronteiras (3).

Em primeiro lugar, a fronteira de recursos, como territórios de caça, pesca e coleta, apropriados numa relação direta com a natureza. Esses territórios parecem ter existido desde tempos muito remotos.

A fronteira étnica é outro tipo de fronteira e diz respeito ao raio de domínio de uma etnia sobre o território em que vive ou do qual necessita para atender suas necessidades de beber, alimentar-se, vestir-se e habitar. A etnia deve ser considerada uma totalidade que envolve não só necessidades materiais mas também culturais.

A fronteira militar estabelece-se com a presença de marcos específicos ou a presença de unidades guerreiras que garantem a posse do território próprio ou conquistado nos conflitos.

A fronteira política (4), demarcada, parece ter origem antiga, mas sua generalização universal é produto da História Moderna.

A presença do Estado com suas fronteiras políticas teve uma lenta evolução. É que sua demarcação demanda a existência de conhecimentos como os de agrimensura (topografia) e estes já existiam entre os gregos antigos. No entanto, a invenção de um instrumento como o teodolito, capaz

(3) — Não se mencionam aqui as chamadas fronteiras ideológicas porque o assunto vai além das intenções deste trabalho. Quanto às fronteiras naturais elas foram consideradas como parte da fronteira de recursos. O trabalho incide primordialmente sobre a formação da fronteira política.

(4) — "Uma fronteira (boundary) é uma linha que caracteriza o limite legal do território de um Estado e o começo do território de outro Estado (ou, no caso de fronteiras marítimas e aéreas, o limite do território de um Estado, adjacente a águas internacionais ou à atmosfera).

a) Uma fronteira é uma linha e não uma zona, isto é, não tem largura imaginária ou efetiva. (...)

b) Uma fronteira delimita uma separação entre os territórios dos Estados". (Mensah-Brown, 1975, pp. 70/1).



de realizar a triangulação, é bem mais recente. Por isso, parece ter sido com o desenvolvimento do mercantilismo, já na aurora do capitalismo como modo de produção, que surge a necessidade de demarcação de limites políticos do território. É que a divisão da sociedade em suas classes sociais modernas encontra-se, então, em estágio avançado.

Com o capitalismo industrial, o capitalismo propriamente dito, a fronteira política encontra sua forma mais completa. Historicamente isto se deu na Europa a partir da unificação dos reinos feudais e a formação dos Estados modernos.

É de notar que o capitalismo, apesar de ser um sistema que tende à universalização, deteve-se em sua geografia, como unidades constituintes, nos limites dos Estados nacionais. O socialismo estabeleceu-se também nos limites destes Estados, reconstituindo o território de vários povos em repúblicas, como é o caso da URSS. Isto é, manteve-se a forma república e o Estado nacional.

A expansão do modo de produção capitalista encontrou os povos fora da Europa em diferentes graus de desenvolvimento e evolução. Onde já existia o Estado existiam fronteiras políticas. Fora daí predominavam ainda divisões com bases em fronteiras de recursos ou em fronteiras étnicas. Os colonizadores encontraram Estados já formados cujos territórios preservaram em parte ou territórios de grupos tribais sem Estado (5) cujas rivalidades não deram origem a fronteiras duradouras a não ser talvez aquelas decorrentes de barreiras naturais. Em muitos casos não havia necessidade de delimitação de fronteiras. Estes territórios foram retalhados segundo os interesses do colonialismo. Foi o que aconteceu na África.

Deve-se levar em conta, também, que a mesma separação territorial entre os povos, de origem remota, deu causa — por força da divisão do trabalho — a trocas e ao escambo, muitos dos quais devidos aos contatos oriundos das migrações. Não devem ter existido obstáculos ao comércio, apenas interrompido em alguns momentos históricos. É importante assinalar a presença de rotas comerciais que atravessavam o Saara desde tempos antigos.

## AS FRONTEIRAS NA PARTILHA DA AFRICA

A expressão partilha da África merece um reparo. É como se não tivessem existido divisões territoriais no continente africano antes do século XIX.

(5) — É o caso dos Senufo, atualmente, que vivem na Costa do Marfim, Mali, Alto Volta e o Gana.

Kindler e Hilgemann (1970: 232/3) identificam na África algumas unidades antigas. Ghana aparece com uma referência ao século V d. C. quando viajantes brancos tributam então grupos bérberes. Na capital, Kumbi, desenvolve-se o comércio com os árabes — ouro, jóias, cobre, tâmaras. Este reino teria se desintegrado no século XI sob domínio muçulmano. No Mali, Sundiata Keita fundou em 1235 um grande império com capital na antiga Mali que teve esplendor entre 1302 e 1337 com Kungô Mussa. Desenvolveu-se a cultura do algodão, tecidos e a exploração de minas de ouro. Mas, não há referências a fronteiras.

Os dois autores citados identificam na África, com relação a períodos históricos distintos, diversos povos e Estados, sem muita precisão. Ao norte, povos organizados na Argélia, Tunísia, Tripolitânia e Egito. Ao sul do Saara identificam os Segu, os Yatenga, os Estados Haúsa, os Bornu, os Uadai, os Beguirmi, os Darfur, os Kordofan, os Fung, os Shilluk e os Kaffa. Todos ao norte da zona de selva virgem. Nesta, os Ashanti — da civilização Akan — os Borgu, os Nupe, os Yoruba, os Yukun. No centro do continente, os Ruanda, os Burundi, os Kuba, os Luba e os Lunda. Perto do atual Moçambique, os Bena. Mais ao sul os Monomotapa. Ao sul, os Xhosa.

Os autores dão a essas referências o status de Estados, como se disse, mas não é desenvolvido o assunto, não se sabendo quais tipos de fronteiras existiam.

No século XVI o quadro geral apresentava a presença desses Estados e/ou povos, de missões cristãs no Congo e Moçambique, a zona de influência árabe na costa ocidental e as vias comerciais marítimas, com seus pontos de referência costeiros no continente. São os casos de Arguin, St. Louis, Gorée, Bathurst, Cacheo, Mitombo, Elmina, Fernando Pó, S. Tomé, S. Salvador, Luanda, Benguela, Cidade do Cabo, Sofala, Ste. Marie, Sena, Tete, Moçambique, Kilwa, Zanzibar, Pemba, Mombassa, Malindi, Mogadíscio, Socotra, Massaua e Cairo — que são bases de portugueses, ingleses, franceses, holandeses e árabes.

Esses povos europeus relacionavam-se com o continente africano para a obtenção de escravos, ouro, sal, peles, marfim, tâmaras, café, pedras e madeiras preciosas.

Segundo ainda Kinder e Hilgemann, até princípios do século XIX a África viu saírem do continente, sob a forma de escravos, cerca de 22 milhões de habitantes dos quais aproximadamente a metade morreu no transporte para o continente americano. Embora a África já conhecesse a instituição da escravidão, trata-se da chamada "escravidão moder-

na", diferente da encontrada no continente africano. Foi uma perda incalculável de população.

Sudão. Há diversas monarquias sem especificação da formação social destas.

No decorrer do século XIX a África tornou-se objeto de cobiça de aventureiros e da presença de viajantes, missionários, militares e colonizadores, além de entidades oficiais européias.

Deve ser mencionada, no final do século, a passagem da policultura tradicional para a monocultura, diretamente introduzida pelo branco ou através da população africana, o que tem relação com a demanda européia dos produtos da África. Criou-se mesmo um imposto obrigatório para a efetivação dessa divisão do trabalho.

Os mesmos autores citados, Kinder e Higelmann, (Idem, 106/7, vol. II) identificam na África neste século alguns Estados e reinos e já a presença da configuração dos futuros Estados oriundos do colonialismo. No primeiro caso estão a Abissínia, Matabele, Luba, Rotse, Lunda, Kuba, Zande, Samori, Yoruba, Borgu. Há o Reino de Mohammed Ali e o Reino de Ful Sokoto. Estão constituídos os Estados islâmicos do Marrocos, Argélia, Tunísia, Tripolitânia e Egito. No segundo caso aparecem a Senegâmbia, Rio Muni, Gabão, o litoral de Angola e de Moçambique e o território da Sociedade do Congo (6). No extremo sul definem-se a Colônia do Cabo, a África Alemã de Sudoeste, a Bechuanalândia, Griqua Ocidental, o Estado Livre de Orange, Griqua Oriental, Tembuland, Transkei, Kafria, Basutolândia, Transvaal além de outros. Não contando a África Alemã de Sudoeste e a Bechuanalândia, constituirão a União Sul Africana em 1910.

Com exceção dos Estados oriundos do colonialismo não há referências a fronteiras políticas, que devem ter existido. Quanto aos modos de produção (7) os atores referem-se apenas ao feudalismo no

A chamada partilha da África iniciou-se com a Conferência de Berlim que durou o período 1884/85. Ela foi precedida pela Conferência Internacional de Geografia (Bruxelas, 1876). "De olhos voltados para a bacia do Congo, o rei belga Leopoldo II, um monarca estudioso da geografia e leitor assíduo dos relatos de expedições científicas, convoca, em 1875, uma reunião de geógrafos, a Conferência Internacional de Geografia. Realizada em Bruxelas e sob a presidência de Leopoldo II, a ela compareceram sociedades geográficas de vários países, além de diplomatas e exploradores famosos. A Conferência de Bruxelas teve por objetivo, traçado pelo próprio Leopoldo em seu discurso de inauguração solene, a tarefa de debruçar-se sobre o continente africano, com o intuito de "abrir

Alguns anos mais tarde Godelier disse o seguinte: "Marx nos deu, através da noção de *Modo de Produção Asiático*, a imagem de certas sociedades organizadas em comunidades aldeãs particulares, submetidas ao poder de uma minoria de indivíduos, representantes de uma comunidade superior, expressão da unidade real ou imaginária das comunidades particulares. Este poder, em sua origem, tem raízes nas funções de interesse comum (religiosas, políticas, econômicas) e se transforma gradualmente em poder de exploração sem deixar de ser um poder de função. As vantagens particulares de que se beneficia esta minoria a título dos serviços prestados às comunidades, se transformam em obrigações sem oposição, ou seja, em exploração. Constantemente, as comunidades sofrem a expropriação do solo, que se converte em propriedade do rei, personificação da comunidade superior. Há, pois a exploração do homem, o aparecimento de uma classe exploradora, sem que exista a propriedade privada da terra".

Godelier trabalha com a "hipótese de que Marx, sem comprovação, concebeu uma forma de organização social própria à passagem de sociedade sem classe à sociedade de classes, uma forma que contém a *contradição da passagem da sociedade sem classes à sociedade de classes*".

O autor dá os exemplos da Europa antiga (reinos micênicos ou etruscos), da África Negra (reinos e impérios de Mali, de Gana, reino Bamum etc.) e da América pré-colombiana (grandes civilizações agrárias mesoaméricas ou andinas). (1978, 73/87).

Eduardo Fioravante observa, seguindo Godelier, o seguinte: "O aparecimento na África dos reinos de Gana, Mali, Songhai, etc., não é produto da organização de grandes trabalhos, mas realizou-se graças ao controle do comércio intertribal ou inter-regional, por uma minoria de aristocratas tribais, baseada na troca de materiais preciosos (ouro, marfim, ferro, peles, etc.). Um exemplo claro desta situação apresenta-se em Madagascar ao lado do reino dos Imerina, onde a economia assentava-se no cultivo de arroz por meio da irrigação; já o reino de Sakalava repousava sobre o gado nômade e o comércio de bois e escravos". (1978, 134).

É, pois, um assunto em discussão. Para o que interessa a este artigo não há referências ao espaço ocupado por um modo de produção, o que vem sendo discutido recentemente pela Geografia. (Cf., Santos, 1978).

Cf. também Diop, C. Anta (1982) *Civilisation ou Barbarie*. Presence Africaine, Paris.

(6) — Existiram a Sociedade do Congo, a partir do Comitê de Estudos do Alto Congo e a autoridade de Leopoldo II, monarca da Bélgica. Em 17 de novembro de 1879 foi criada a Associação Internacional do Congo, AIC, diversa da Associação Internacional Africana, AIA. Depois, por morte de Leopoldo II o Estado Livre do Congo é doado no testamento do rei à nação belga, em 1908.

(7) — A questão dos modos de produção quanto à África é controversa. Lúkács, por exemplo, afirma que "Nas condições em que Marx viveu, ele nunca desenvolveu uma reflexão marxista, estamos no direito de perguntar: onde está escrito que o desenvolvimento dos povos africanos deve ser inexoravelmente efetuar-se de acordo com o modelo europeu ou mesmo conforme o esquema asiático?". Pode acontecer que, além das relações de produção européias e das relações asiáticas, existam igualmente relações de produção especificamente africanas". (1969, p. 168).

1/2 a

à civilização a única parte de nosso globo em que ela não havia ainda penetrado... conferenciar para acertar o passo, combinar os esforços, tirar partido de todos os recursos, evitar a duplicação do trabalho". (Moreira, 1981, 7/8).

A Conferência de Bruxelas criou a Associação Internacional Africana, a A.I.A., da qual participaram vários países em suas Comissões Nacionais.

A Conferência de Bruxelas foi o início de um processo que teve o seu apogeu na Conferência de Berlim. "A Conferência de Berlim destinou-se à apara das arestas e à institucionalização da política de 'áreas de influência'. Será organizada sob os auspícios do governo alemão, até então ausente da escalada internacional por força dos problemas domésticos do capitalismo alemão, e realizar-se-á arrastadamente de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885. Dela participarão os mesmos integrantes da Conferência de Bruxelas, mas reinarão os diplomatas das potências imperialistas, principalmente da Alemanha, da Bélgica, da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos. Bismarck, o chanceler alemão sob cujo governo move-se tenaz repressão ao movimento socialista e operário articulado à I Internacional dos Trabalhadores, recém-extinta, presidirá a Conferência Internacional de Berlim, sentado à cabeceira de uma mesa de ferro perto da qual, sobranceiro, sobressai enorme mapa da África". (Moreira, idem, 10/11).

A Conferência de Berlim foi um momento de partilha do mundo colonial africano em que ainda eram possíveis os acordos a respeito de territórios (8). Nada impedirá, no entanto, que as potências imperialistas se defrontem na 1ª guerra mundial de 1914-18.

Assim, o mapa da África em 1914 apresentará a presença em território africano de portugueses, ingleses, franceses, belgas, espanhóis, italianos e alemães.

(8) — É o caso do princípio da ocupação efetiva, definido em dois artigos:

"Art. 34º — A Potência que de futuro tomar posse de um território nas costas do Continente africano situado fora das suas actuais possessões ou que, não a exercendo até aí, venha a adquiri-la, e igualmente a Potência que num desses territórios vier a assumir um protectorado, acompanhará o respectivo acto de uma notificação às outras Potências signatárias do presente Acto afim de lhes permitir que façam valer, se for caso disso, as suas reclamações".

"Art. 35º — As Potências signatárias do presente Acto reconhecem a obrigação de assegurar nos territórios por elas ocupados, nas costas do continente africano, a existência de autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e eventualmente a liberdade do comércio e de trânsito nas condições em que for estipulada".

116

Como se fizeram as delimitações de fronteiras?

O caso do Congo (atual Zaire) é ilustrativo.

Na época da partilha as divisões da África baseavam-se em dados precários, porque as chamadas "áreas de influência" dependiam de delimitações que não existiam. O arbítrio era o critério que tomava como referência "latitude e longitude, linha de divisão das águas, curso presumível de um rio de que mal se conhecia a embocadura, populações (quando as etnias eram suficientemente estáveis, agrupadas e organizadas em Estados, para poder formar conjuntos de acordo com as exigências da técnica e da economia modernas)". (Brunschwig, 1971, 58) (9).

No caso do Congo a integridade da bacia do grande rio — numa época em que a Geografia valorizava as chamadas regiões naturais — não foi respeitada porque a isso se opuseram portugueses (Angola), franceses (Gabão, África Equatorial Francesa) e alemães (Camarões).

Leopoldo II ficava então soberano sobre uma enorme porção territorial do continente africano, sem que seus habitantes tivessem escolha para decidir o próprio destino.

Em 1914 a política imperialista havia criado o mapa da África colonial. Ao norte apresentavam-se o Rio do Ouro, Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito. Abrangendo ainda parte do deserto existiam a Mauritânia, o Senegal, Gâmbia, Guiné, África Ocidental e Equatorial, Sudão Anglo-Egípcio, Etiópia, Abissínia e Somália. Já nos domínios da floresta equatorial existiam Serra Leoa, Libéria, Costa do Ouro, Togo, Nigéria, Camarões, Rio Muni, Gabão, Congo Belga, Uganda, Kênia, África Oriental, Zanzibar, Angola, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul, Niassa e Moçambique. Ao sul existiam a África de Sudoeste, a Bechuanalândia, a Basutolândia e a Colônia do Cabo.

No intervalo entre as duas guerras mundiais a divisão da África apresentou problemas de ajuste.

(9) — "O exame do mapa político da África despertará a atenção de qualquer leitor, pela estranha rede formada pelas linhas de fronteiras. Como maneira de facilitar a tarefa, para cuja execução se impunha a maior urgência, as Potências europeias lançaram mão dos mais variados critérios e suas combinações: paralelos e meridianos, segmentos de recta com diversas orientações, arcos de círculo, traçados fluviais, linhas divisórias de redes hidrográficas, alinhamentos de relevos, etc. Sucedeu, por vezes, que determinados acidentes geográficos ainda não estavam reconhecidos com rigor, e alguns deles, na realidade, não existiam. Para cada uma delas o importante era assegurar a extensão das suas conquistas coloniais ou do avanço imperialista, fosse de que modo fosse, indiferentemente das condições geográficas ou étnicas". (Amaral, 1982, 27).

tamentos de fronteiras entre as potências imperialistas como no caso da Líbia e Egito, da África Equatorial Francesa e Camarões, da Rhodésia do Norte e Tanganika. As antigas colônias alemãs ficaram sob mandato da Sociedade das Nações porque a Alemanha havia perdido a guerra (10).

Kinder e Hilgemann (199, II) informam o seguinte: "Com o fim da 1ª. guerra mundial concedeu-se à Grã-Bretanha mandatos de tipo B, ou administração de territórios na qualidade de colônias: Tanganica, parte de Camarões e Togo ocidental. A França obteve, por critério semelhante, Togo oriental e o resto de Camarões; à Bélgica cedeu-se Ruanda-Urundi. Considerado como um mandato de tipo C, o sudoeste africano ex-alemão, passou para a União Sul Africana como parte integrante de seu território".

Em 1965 a África apresentava uma configuração de Estados divididos em monarquias (Marrocos, Líbia e Etiópia), repúblicas parlamentares (Nigéria, Dahomey (atual Benin), Congo-Kinshava, Sudão, Uganda, Somália, Malawi, Rhodésia e República Sul-Africana), repúblicas presidencialistas (Argélia, Tunísia, República Árabe Unida, Mauritânia, Mali, Senegal, Gâmbia, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Ghana, Togo, Chad, Camarões, República Centro Africana, Gabão, Kênia, Tanzânia, Zâmbia e Madagascar) e colônias (Guiné português — depois Bissau — África Ocidental Espanhola, Angola, Moçambique e Bechuanalândia). A Liga Árabe abrangia o Marrocos, a Argélia, a Líbia, a RAU e o Sudão. Alto Volta e Togo faziam parte da União Sahel-Benin. Ao Sul, a União dos Estados Africanos abrangia a África do Sudoeste (atual Namíbia), a República Sul Africana e a Rhodésia do Sul. A Mauritânia, o Mali, o Senegal, o Alto Volta, a Costa do Marfim, o Niger, o Chad, o Camarões, a República Centro Africana, o Congo-Brazaville, o Congo-Kinshasa, o Gabão, a Somália, o Ruanda, o Burundi e Madagascar faziam parte do CEE que abrangia a França, a Bélgica, a Holanda, Alemanha e Itália. A Commonwealth ligavam-se a Nigéria, o Gana, Uganda, Kênia, Tanzânia, Malawi e Zâmbia. Ligavam-se à França todas as suas ex-colônias com exceção da Guiné que em 1958, data da sua independência, votou o "não"

(10) — O caso do Togo e Camarões é significativo do processo de formação das unidades políticas africanas. Além da divisão entre Inglaterra e França, depois da 1ª guerra mundial surgiram mais tarde outros problemas. Quando da independência de Ghana em 1957 surgiu um movimento que levou à integração da parte inglesa do Togo à República de Ghana. Atualmente o Togo contesta o *referendum* pois alega que a população togoleza da parte britânica votou pela integração uma vez que Ghana já obtivera a independência e o Togo-Nação ainda não. O *referendum* ocorreu ainda no período colonial. Por sua vez, a parte inglesa do Camarões passou à Nigéria.

no Referendo sobre a Comunidade Francesa. Perenciam, então, à Organização da Unidade Africana: Argélia, Alto Volta, Burundi, Camarões, Congo (Brazzaville), Congo (Leopoldville), Costa do Marfim, Daomé, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Marrocos, Niger, Nigéria, República Árabe Unida, República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Tchad, Togo, Tunísia, Uganda. Outros países participam após 1963 (11).

## CONCLUSÃO

As lutas de independência e libertação nacional mantiveram as fronteiras políticas herdadas do colonialismo (12). O primeiro país independente politicamente foi Gana em 1957; em seguida a Guiné. O ano de 1960, chamado também "o ano africano" assistiu ao advento de inúmeros novos Estados independentes.

Apesar da independência o problema africano parece ser ainda em grande parte o da formação de Estados nacionais o que significa o estabelecimento de fronteiras reconhecidas. Isto porque o colonialismo deixou muitas marcas e problemas pendentes, que continuaram a existir com o neo-colonialismo.

Deve ser mencionada a posição da Organização da Unidade Africana, OUA, em relação às fronteiras. Na alínea 7 do preâmbulo da Carta se diz: "firmemente resolvidos a salvaguardar e a consolidar... a integridade territorial de nossos Estados...", assunto que é retomado na alínea 1 do artigo 2: "defender sua soberania, sua integridade territorial", e finalmente, na alínea 3 do ar-

(11) — Os objetivos da OUA são os seguintes:

- a) Reforçar a unidade e a solidariedade dos Estados africanos e malgache;
- b) Coordenar e intensificar sua cooperação e seus esforços para oferecer melhores condições de existência aos povos da África;
- c) Defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência;
- d) Eliminar sob todas as formas o colonialismo da África, e
- e) Favorecer a cooperação internacional, levando devidamente em conta a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem".

(12) — "Se voltamos nossa atenção para a África, constatamos um fato que dá lugar à reflexão: os chefes dos novos Estados independentes, quase por unanimidade, tem afirmado sua intenção de manter intactas as fronteiras que herdaram da época da colonização, apesar de seu caráter muitas vezes artificial; são numerosos os casos em que elas deixam, de um lado e de outro de sua linha de demarcação, populações que pertencem a uma mesma etnia". (Miroglia, 1970: 289).

103

tigo 3, "respeito pela soberania territorial de cada Estado e de seu direito inalienável a uma existência independente..." — procura-se garantir a Intangibilidade das fronteiras africanas, o que na prática tem trazido problemas. O *uti possidetis juris* mereceu reparos da Somália e do Marrocos, mas os princípios de Addis-Abéba, de 1963, foram reafirmados pela Conferência do Cairo, de 1964, principalmente no que diz respeito ao artigo 3: "2º. Declara so-

118

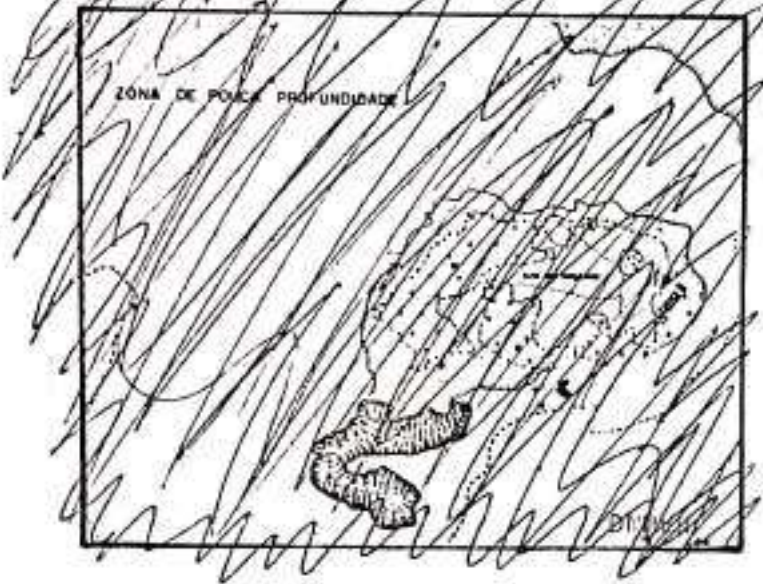
lenemente que todos os Estados membros se dispõem a respeitar as fronteiras existentes no momento em que se tornarem independentes...". A quase unanimidade dos Estados africanos reconheceu esse princípio. (Cf. Boutros-Ghali, B. (1969) *L'Organisation de l'Unité Africaine, Collection Institutions Internationales, Librairie Armand Colin, Paris*).

## BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, I. do (1982) — *Entre o Cuiene e o Cubango ou a Propósito de uma Fronteira Africana*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- BOUTROS-GHALI, B. (1969) — *L'Organisation de l'Unité Africaine, Collection U., Série Institutions Internationales, Librairie A. Colin, Paris*.
- BRUNDSCHWIG, H. (1971) — *A Partilha da África Negra*, Khronos 6, tradução de Silval Freitas Medina, Editora Perspectiva, São Paulo.
- DIOP, C. ANTA (1982) — *Civilisation ou Barbarie, Presence Africaine, Paris*.
- FIORAVANTE, E. (1978) — "Do Modo de Produção Asiático ao Modo de Produção Capitalista" in Gebran, P. (Coordenação e tradução), *O Conceito de Modo de Produção*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- GODELIER, M. (1978) — "Hipóteses sobre a Natureza e as Leis de Evolução do Modo de Produção Asiático" in Gebran, P. (Coordenação e tradução), *Conceito de Modo de Produção*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- KINDER, H. e HILGEMANN, W. (1970/71) — *Atlas Histórico Mundial*, Volumes I e II, Colección Fundamentos 2, traducción de Antón Dieterich Arenas, Ediciones Istmo, Madrid.
- LUKACS, G. (1969) — *Conversando com Lukács (Entrevistas)*, tradução de Gisela Vianna Konder, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- MENSAH-BROWN (Ed.) (1975) — *African International Legal History*, United Nations Institute for Training and Research, New York. | ea
- MIROGLIO, A. (1970) — *Le Sens et la Valeur des Frontières*, Revue de Psychologie des Peuples, 25me Année, nº 3, 3eme Trimestre, Université de Rouen, Le Havre.
- MOREIRA, R. (1981) — *O que é Geografia*, Editora Brasileira, São Paulo.
- SANTOS, M. (1978) — *Por uma Geografia Nova*, Hucitec-Edusp, São Paulo.
- SILVA, A. C. de (1981) — *A concepção Clássica de Geografia Política*, xerox, São Paulo.
- YAKEMTCHOUK, R. (1970) — "Les Frontières Africaines" in *Revue Générale de Droit International Public*, Editions A. Pedone, Paris.

A GEOGRAFIA E A QUESTÃO DA FORMA \*  
(Uma Primeira Diferenciação do Objeto)

Armando César de Souza



Terminei a redação de  
minha Tese de Livre Docên-  
cia, em 05 de janeiro de  
1982, com a pergunta:  
- "Qual a forma espaci-  
al possível, como manifes-  
tação do trabalho vivo,  
que desperta atenção pa-  
ra a perspectiva?" (p.438).  
Verificando alguma re-  
ferência anterior de cu-  
bro, em O ESPAÇO FORA DO

LUGAR, na Introdução, escrita em 1978, o seguinte:

"Mais um estruturalismo?

Em alguns momentos destes escritos, sim.

Por quê? Porque um de nossos dilemas como geógrafos diz respei-  
to à natureza do objeto. Estudamos a área, a região, o território. São  
componentes de uma dimensão espacial. Como dar conta da unidade aqui?  
Muitos de nós temos estado perdidos na discussão da forma espacial, o  
que leva às vezes, inevitavelmente, à discussão do todo em termos de  
estrutura. Não considero isto um erro. É um momento da análise, neces-  
sário, mas não suficiente." (pp. 1-2. O grifo é feito agora).

Por que propor esse tema?

Em 1978, configurou-se plenamente a crise  
da Geografia, como uma dupla problemática a res-  
peito da forma: a primeira, relativa à paisagem,  
modo tradicional de apreensão do objeto, que se  
cristalizou como conceito, deixando, assim, de  
ser uma indicação teleológica de futuro para a so-  
ciedade e os indivíduos; a segunda, relativa ao  
modelo, expressão recente de apreensão do objeto,



Métodos em Geografia, nº 17

\* Publicado originalmente pelo Instituto de Geografia, USP,  
São Paulo, 1983.

que foi criticada por ser um modo ríspido de por-se o futuro da sociedade. Nos dois casos, entrou em jogo a perda do conteúdo ontológico concreto da Geografia.

Passou-se, então, à redescoberta da noção de processo, como capaz de preencher esse vazio. A proposta, com origem em várias vertentes epistemológicas, concentrou-se na afirmação através da crítica.

Efetivada a reposição dos parâmetros teórico-metodológicos, põe-se outra necessidade diversa de afirmação.

Um Posicionamento Geral

Em artigo recente (Estrutura, Processo, Função e Forma como Categorias do Método Geográfico), Milton Santos diz: "...para estudar o espaço cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço." (p. 1).

A exposição prossegue, sempre sendo relacionados os conceitos.

Mas, põe-se um momento do discurso, em que é preciso apresentar definições. A respeito de forma, é dito: "Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo." (p. 3). Mais adiante, encontra-se o seguinte: "A forma pode ser imperfeitamente definida como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função. As formas são governadas pelo presente, e conquanto se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas. Estas surgiram dotadas de certos contornos e finalidades-funções." (p. 3). Ainda: "Pode-se expressar a forma como uma estrutura revelada." (p. 3).

Do ponto de vista do método, Milton Santos argumenta contra a separação dos quatro conceitos referidos: "Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo." (p. 5).

Um Posicionamento Analítico

Em 1981, escrevi o seguinte:

"O espaço de ocorrência e manifestação determina o espaço em si, como processo e forma. Por isso, como situação e posição que, num primeiro momento, se põem como sistema lógico geral e sistemas lógicos de

peciais referidos ao discurso.

O espaço de ocorrência e manifestação se põe como espaço social-natural, ou seja, um conjunto interativo de elementos e relações sociais-naturais, relações essas que são relações de determinação e de sobre-determinação na passagem da primeira para a segunda natureza. Por isso, ele determina o espaço em si como espaço social e espaço natural. Mas, não pode fazê-lo senão como processo e forma. Como diz Hegel: "No entanto, esse mundo novo não tem, como não e tem a criança recém-nascida, uma realidade efetiva acabada. É essencial não deixar de lado esse ponto. O primeiro surgir é, inicialmente, a imediatez ou o conceito daquele mundo novo. Assim como um edifício não está pronto quando foram postos seus alicerces, assim o conceito do todo que se conseguiu alcançar não é o próprio todo. Se quisermos ver um carvalho na forma do seu tronco, na extensão dos seus ramos e na massa de sua folhagem, não nos contentaremos se, em seu lugar, nos for mostrada uma bolota. Desta sorte, a ciência, que é a coroa de um mundo do Espírito, não está perfeita no seu começo. O começo do novo Espírito é o produto de um amplo revolvimento de variadas formas de cultura, o preço de um caminho extremamente intrincado e, igualmente, de muito trabalho e esforço. Esse começo é o todo que retorna a si mesmo a partir da sua sucessão como da sua extensão, e é o conceito simples, que se torna tal, desde o todo. Mas a efetividade desse simples todo consiste no fato de que aquelas figuras, que se tornaram momentos, novamente se desenvolvem, mas no seu novo elemento, e se dão uma figuração de acordo com o sentido que se vinha formando." (Hegel, 1974: 16). Então, o processo é o contínuo devir da forma, enquanto, respectivamente, a natureza fazendo-se natureza, a sociedade fazendo-se sociedade; é o movimento particular do processo que contém a permanência dos elementos da contradição e sua solução, sendo também o ponto de partida abstrato. O processo é, pois, uma figuração particular do movimento. Então, o processo social e o processo natural se põem como relação desigual e combinada, uma sucessão e simultaneidade de determinações em movimento, em durações e extensões diferentes, que se mostram como coerências da diversidade do real. Essa relação gera formas sociais e naturais múltiplas e diversificadas, no conjunto das variações do real. Para Marx, referindo-se ao social, essa produção se põe como segue: "O processo de produção é a unidade imediata entre o processo de trabalho e o processo de valorização, do mesmo modo por que seu resultado imediato, a mercadoria, é a unidade imediata entre o valor de uso e o valor de troca. Contudo, o processo de trabalho não é mais do que um meio do processo de valoriza-



ção, processo que, por sua vez, é essencialmente produção do mais-va-  
lia, isto é, processo de objetivação de trabalho não pago. Assim, se a  
cha determinado especificamente o caráter global do processo de produ-  
ção." (Marx, 1978: 22). Por isso, o processo de produção é forma e pro-  
cesso. Mas, além disso, variações de forma e processo que se medem pe-  
lo equivalente. No conjunto da natureza e sociedade, como relações de-  
terminadas, essas variações se expressam como situação e posição, si-  
tuação social (a conjuntura das relações do lugar social em processo)  
e posição social (a estrutura das relações do lugar social como forma).  
Por isso, como situação natural e como posição natural. O conjunto con-  
figura um sistema, a estrutura lógica do conjunto das determinações co-  
mo processo e forma em movimento. A lógica desse sistema manifesta-se  
como estrutura, que é o todo das relações de coerência interna dos sis-  
temas sociais e naturais, todo esse que se põe como ser e atributos em  
movimento. Mas, o conjunto configurado é determinação de sistemas lógi-  
cos especiais que se apresentam como passado, presente e tendências de  
futuro. Por isso, a lógica do lugar social é atribuição do discurso e  
consciência das determinações imanentes, que se referem à manifestação  
do ser e de seus atributos por si mesmos. O lugar social em si, deter-  
minação primeira, é, então, determinação do lugar de ocorrência e mani-  
festaçã. Num segundo momento o lugar de ocorrência e manifestação de-  
termina o lugar social ~~em~~ si. Por isso, natureza, sociedade e espaço <sup>em</sup>  
são momentos de manifestação do processo de configuração da forma, que  
se expressa como particularidade dos elementos sociais-naturais, que de-  
finem o campo de forças, o lugar social.

Que lugar social é esse e como se põe?

O espaço terrestre é natureza, sociedade e lugar. Mas, não pode <sup>de</sup>  
sê-lo sem a força natural e a força de trabalho; sem a consciência so-  
cial e a manifestação física do real.

O espaço terrestre é, então, espaço de ocorrência e manifesta-  
ção e é espaço em si como processo e forma, evidenciando-se como cate-  
goria, o lugar, que se manifesta como área, região, território. Mas,  
não pode sê-lo sem ser natureza, sociedade e lugar em movimento, no de-  
vir de configurações - o contorno do processo e da forma, assim como a  
sua textura - de sistemas e estruturas. Então, os sistemas e estruturas  
põem-se como modos de organização (o ser estrutural do conjunto de re-  
lações em movimento) do todo (o ser como unidade coarente, que se auto-  
determina em seu existir); ou seja, modos de vida espaciais (o momento  
estável do processo que remete à configuração). Pierre George o diz de

te modo: "O conhecimento histórico dos fatores e das causas do desigual desenvolvimento das técnicas precede e esclarece a constatação da diversidade atual do mundo do ponto de vista de aquisição das técnicas, dos níveis econômicos, das condições sociais etc." (Cooerge, 1966: 20). E, continua: "Na escala regional ou local, a história se materializa por uma herança de dados concretos: paisagem rural, repartição dos lugares habitados, tipos de cidades, sistemas de circulação, cuja elaboração procede de períodos que vão do século ao milênio para mais. O presente é feito de um conjunto de distorções entre possibilidades, necessidades e estados de fato, que constituem obstáculos e freios." (Idem: 21). Mais adiante diz: "O que caracteriza a pesquisa geográfica em relação às pesquisas das ciências econômicas e sociais é situar os dados num meio que, indiferente no inquérito sociológico, é, ao contrário, objeto de uma descrição qualitativa muito precisa pelo geógrafo. Esta localização acompanha a pesquisa de relações consideradas hoje como recíprocas e recorrentes, e também como relações insuficientes para explicar a totalidade dos dados. O conjunto destas relações contribui para constituir uma situação. Uma situação é a resultante, num dado momento - que é, por definição, o momento presente, em geografia - de um conjunto de ações que se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, de freios ou de inibição por parte dos elementos duráveis do meio e das sequelas das situações anteriores. Esta situação é fundamentalmente caracterizada pela totalidade dos dados e fatores específicos de uma porção do espaço que é, salvo nos casos-limites de margens inocupadas pelo homem, um espaço ordenado, uma herança, isto é, um espaço natural humanizado." (Idem: 23/4). Mas, os modos de vida espaciais supõem a força natural e a força de trabalho. Por isso, o lugar social se põe como natureza e sociedade. É que a força natural - o conjunto das energias orgânicas e inorgânicas da natureza, que se manifesta nos tipos, nas espécies e organismos - é imanente à natureza; como a força de trabalho - a energia necessária à transformação da natureza e da sociedade, como atributo social - o é à sociedade. Então, o lugar social, como produto da força de trabalho - o conjunto das relações sociais-naturais localizadas - é também consciência social, em sua determinação de força e trabalho. Daí que, o espaço terrestre é um conjunto de lugares sociais, como idéia - a manifestação da materialidade do pensamento como expressão abstrata ou concreta do ser - e como manifestação física do real apropriado. A manifestação física é o ser e o existir do processo e da forma. Porque o físico é o expressar-se como devir e como configuração particular do conceito do real. A natureza e a sociedade mostram

se, então, à consciência como realidade percebida - o real apreendido pelos sentidos - e apreendida - o real transposto à consciência e manifesto como expressão cultural. Também o lugar. Por isso, o lugar social é um conjunto de manifestações físicas dos processos e das formas que dele são determinações. O físico é, então, natural - a natureza em seu modo de ser espontâneo - e social - a sociedade em seu modo de ser produzido pelo trabalho - identificação perceptível do processo e da forma, como percepção da configuração e apreensão do significado da configuração em movimento. Isto põe-se na multiplicidade das aparências e conteúdos, como momentos do ser em seu movimento - singulares e universais concretos. Por isso, no tempo. Pierre George propõe que "O tempo comum é objeto dos estudos sobre a 'vida cotidiana', os ritmos sazonais, os comportamentos das diferentes idades da vida." (...) A tarefa da geografia "consiste em registrar as diferentes utilizações do tempo vivido, conforme as parcelas de espaço em questão. Todavia, o tempo comum é, de forma mais ou menos perceptível diretamente, produto do tempo anômalo, ou seja, do acontecimento ou da conjuntura que singularizam o tempo presente, (...) determinando em dado momento uma opção entre diversas possibilidades de evolução e, engendrando, em consequência, certo número de mutações que diferenciam o tempo posterior ao acontecimento do tempo anterior." (George, 1969: 48). Mais adiante afirma: "O objeto de qualquer estudo geográfico é um estado de fato, que pode ser considerado como convergência de processos cuja rapidez de desenvolvimento é profundamente diferente dos processos relativos às leis de evolução do meio natural, dos processos relativos a diversos estilos de evolução histórica, associando e, em alguns casos, colocando em concorrência e em contradição movimentos lentos de ritmo secular e movimentos acelerados que ~~des~~organizam paisagem, atividades, sistemas de relação no curso de uma geração, outras vezes no decorrer de uma década." (Idem: 50). Então, diz: "Se a organização do espaço, e principalmente dos sistemas de relação, atenua os aspectos cerceadores de determinadas imposições, o tempo desfrutado supera o tempo impôsto. A transformação de um meio geográfico intervém para modificar a qualidade do tempo objetivo e daí modular o tempo subjetivo." (Idem: 65).

O lugar social se põe como processo e forma?

O homem põe-se como modo de vida localizado, que o determina na mediação das relações de trabalho. Por isso, o lugar social é o ponto de partida, como relações sociais e sociais-naturais e como paisagem humanizada, que se manifestam como processo e forma.

O ser concreto do homem, o existir das coisas e eventos, é o

seu modo de vida, e recorrência das relações sociais e sociais-natu-  
 rais. Mas, não pode sê-lo sem o lugar de manifestação e ocorrência ,  
 assim como sem o lugar em si. A consciência psicológica do lugar é, en-  
 tão, psicologia da forma. Guillaume o enuncia assim: "Os fatos psíqui-  
 cos são formas, quer dizer, unidades orgânicas que se individualizam e  
se limitam no campo espacial e temporal de percepção ou de representa-  
 ção. As formas dependem, no caso da percepção, de um conjunto de fatô-  
 res objetivos, de uma constelação de excitantes; mas são transportáveis,  
 quer dizer que algumas de suas propriedades se conservam em mudanças  
 que afetam, de certa maneira, todos êsses fatores. As formas podem a -  
presentar uma articulação interior, partes ou membros naturais possuín-  
 do, no todo, funções determinadas, e constituindo, em seu interior, u-  
 nidades ou formas de segunda ordem. A percepção das diferentes classes  
 de elementos, e das diferentes espécies de relações, corresponde a di-  
 ferentes modos de organização do todo, que dependem ao mesmo tempo de  
 condições objetivas e subjetivas. A correspondência que se pode estabe-  
 lecer, entre os membros naturais de um todo articulado e certos elemen-  
 tos objetivos, não se mantém, geralmente, quando êsses elementos per-  
 tencem a outro conjunto objetivo. Uma parte, num todo, é algo distinto  
dessa parte isolada ou em outro todo, por causa das propriedades que  
 deve ao seu lugar e à sua função em cada um dêles. A mudança de uma con-  
 dição objetiva pode ora produzir uma mudança local na forma percebida,  
 ora traduzir-se por uma mudança nas propriedades da forma total." (Gui-  
 llaume, 1960: 12/3). Essa psicologia da forma remete à dimensão espa-  
 cial, como manifestação particular do ser, por abstração de outras ma-  
 nifestações do real. Por isso, na verdade, a dimensão espacial é, en-  
 tão, determinação social que se põe como resultado da mediação (momen-  
 to do processo e da forma como devir) das relações de trabalho. Então,  
 o modo de vida localizado é sistema e estrutura em funcionamento, como  
 configuração particular do movimento espacial - o ser e o existir em ex-  
 tensão em seu devir. Daí que, o lugar social põe-se como ponto de par-  
 tida. Ele é a referência (forma e processo como configuração da pre-  
 deação e da ideação) das relações sociais e sociais-naturais. Por isso,  
 mostra-se desde logo como paisagem humanizada, ou seja, o conjunto das  
 relações, expressas como modo de vida localizado. Mas, o modo de vida  
 localizado é apreendido como processo e forma, que são a manifestação-  
 determinação - o ser como contradição na duração e na extensão - do es-  
 tar, que supõe o ser, o ter e o haver. Portanto, a região e o territó-  
 rio. A sociedade, a natureza e o espaço são, então, o processo e a for-  
 ma de expressão do lugar social como modo de vida localizado. Entenda-  
 se a localização como a identificação do ser na configuração do proces-

so e forma em devir; momento lógico-natural de expressão do sítio, situação, posição. Momento que é mediação manifesta do processo e forma como apreensão e dado do real. Localizar-se é ser no espaço. Por isso, na área, na região e no território. Mas, não o pode ser sem o ser da área, da região e do território. Por isso, funcionalmente, Harvey o põe deste modo: "Hartshorne (...) sugere que uma unidade funcional constitui um todo que é, de algum modo, mais do que a soma de suas partes. Assim fazendo, ele refere-se a um problema filosófico geral que tem sido fonte de grande controvérsia em biologia orgânica e em psicologia (on-|ic de a psicologia da gestalt representa toda uma escola de pensamento que se baseia na crença de que há certas unidades indivisíveis)." (...) Mais recentemente o conceito de todos funcionais ou orgânicos foi apresentado em uma forma nova e mais interessante através da aplicação de sistemas referidos à geografia." (...) Nesse caso, "A configuração diversa de tais situações é que o comportamento de alguns sistemas não é determinado pelos elementos individuais, mas pela natureza intrínseca do próprio sistema (isto é, o todo). Os elementos individuais podem assim apresentar um alto grau de mútua interdependência, mas demonstrar isto empiricamente não é demonstrar que o todo determina a parte." (Harvey, 1969: 443/4). É que há aí uma contradição. Por isso o espaço de ocorrência e manifestação é momento contraditório do espaço em si, ou seja uma mediação como negação, ou, o ser e o não-ser da oposição de contrários, esta considerada como momento que precede a negação da negação e que remete ao momento do devir, da solução. Então, o espaço de ocorrência e manifestação é momento contraditório do lugar social. Por isso, é processo e forma em movimento, para além de sua dualidade.

Como se dá o processo-forma?

O processo e a forma se põem como processo-forma no espaço social do discurso geosocial.

O processo é a identificação do vir a ser (o que ainda não é mas já está posto). Identificação que se põe, por isso, como forma. É o que se dá formalmente nos modelos. Chorley e Haggett o põem assim: "Um modelo é, assim, uma estruturação simplificada da realidade que apresenta supostamente características ou relações sob forma generalizada. Os modelos são aproximações altamente subjetivas no sentido de não incluem todas as observações e medições associadas mas, como tais, são valiosos em ocultar detalhes secundários e permitir o aparecimento dos aspectos fundamentais da realidade. Esta seletividade significa que os modelos têm graus variáveis de probabilidade e um alcance limitado de condições sobre as quais se aplicam. Os modelos de maior sucesso possu

em uma alta probabilidade de aplicação e uma extensa gama de condições sob as quais parecem apropriados. Com efeito, o valor de um modelo é muitas vezes diretamente relacionado ao seu nível de abstração. Apesar disso, todos os modelos têm necessidade de aperfeiçoamento constante e, à medida que surgem novas informações ou perspectivas da realidade, e quanto maior o sucesso com que foi originalmente estruturado, mais provável é que estes aperfeiçoamentos devam implicar na construção de um modelo diferente." (Chorley, Haggett, 1975: 4). Então, a forma é momento do processo, como configuração de particularidade e seu resultado. Por isso, processo e forma se manifestam, no vir a ser da negação da negação, como processo-forma, ou seja, a relativização da configuração que se põe como possibilidade relacional e negação do absoluto. Funcionalmente, diz Dolfuss: "Cada uma das unidades funcionais e fisionômicas que, no espaço geográfico, possuem identidade e são localizadas, constituem outras tantas estruturas. Cada estrutura é regida e organizada por um sistema. Por exemplo: um sistema de culturas é formado pela associação de culturas no interior de uma exploração; dá origem a uma paisagem agrícola, que é uma estrutura. O geógrafo, situa no espaço as estruturas que compõem o mosaico, cujo arranjo é por ele estudado com o objetivo de extrair seu significado." (Dolfuss, 1973: 32). E continua: "As estruturas ligam-se entre si, por vezes, pelas superfícies de contato constituídas pelos limites, mas o fazem também através de séries de redes cuja natureza varia. O espaço geográfico, compartimentado pelos limites, é entretecido de malhas traçadas pelas redes, por intermédio das quais se efetuam as transferências e trocas." (Idem: 39). Por isso: "Todo sistema funciona graças à ação de agentes que são os elementos que produzem e provocam os processos. Um processo é uma série de fatos e de operações que apresentam uma certa unidade ou que se reproduzem com uma certa regularidade." (Idem: 58). Continuando, diz: "A dinâmica dos fenômenos exerce-se no espaço graças às trocas, transformações e transferências, expressas sob forma de fluxos de matérias, de energia, de populações e de bens." (Idem: 62). Mas, "As funções se manifestam na maioria das vezes por intermédio dos circuitos e das redes." (Idem: 73). Então, "Buscam-se constantemente as relações entre o sistema e a função por ele exercida para verificar, no interior do sistema, quais são os elementos dinâmicos e quais os freios. Decompõem-se os diversos elementos para observar de que maneira eles se combinam ou se contrapõem." (Idem: 78). Então, o processo-forma é a superação da manifestação absoluta (a determinação e sua imanência para si) de processo e forma como singulares e universais. Mas, superação,

como o ultrapassar da contradição, que apenas se põe como a negação da negação efetivada como afirmação. Por isso, como ser em si que se quer outro. Então, como ser para si e ser para outro no espaço social de que é expressão. Daí que, põe-se como linguagem-discurso, na construção (momento de existir do processo e da forma como inércia ou particularização) do geosocial. Para Berry e Baker, formalizando, põe-se o problema, assim: "Dentro desse contexto, nossa segunda e terceira teses são no sentido de que o ponto de vista geográfico é espacial e que os conceitos e processos integrantes do geógrafo relacionam-se com as disposições e distribuições, com a integração espacial, com as interações e organização espaciais e com os processos espaciais." (Berry, Baker, 1969: 19). O geosocial é, então, objeto e método de referência do discurso [S que se manifesta como psico-fenomenologia, liberalismo e socialismo, es tudo da segunda natureza e crítica geográfica. O objeto e o método de referência se põem como parâmetros de avaliação do discurso geosocial [S no projeto de construção da teoria, como a sobredeterminação da idéia manifesta como discurso que apreende a lei na manifestação do fenômeno. Como o ser é espaço enquanto percepção e fenômeno, enquanto concepções de mundo, enquanto momento de superação parcial e enquanto proposição da negação da negação? A pergunta supõe que o discurso teórico deve por-se como proposta de referência ontológica analítica, no momento de seu devir objeto e método epistemológico." (Silva, ~~1994~~: 36/45).  
1994

Uma Retomada do Ponto de Vista Clássico

No prefácio da 1ª edição de O Capital diz Marx o seguinte: "A forma do valor, a qual tem no dinheiro sua figura acabada, é muito vazia e simples. Apesar disso, tem o espírito humano, há mais de dois mil anos, tentado em vão devassá-la, embora conseguisse analisar, pelo menos com aproximação, formas muito mais complexas e ricas de conteúdo. Por quê? Porque é mais fácil estudar o organismo, como um todo, do que suas células. Além disso, na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios. A célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria." (p. 4).

Iniciando a exposição, diz: "A riqueza das sociedades onde rega a produção capitalista configura-se em 'imensa acumulação de mercadorias', e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza." (p. 41).

A forma é, então, o modo real de existência, da coisa; ou seja, a realidade se manifesta em formas. Cabe aquele que a estuda, apreendê-las. Mas, há que distinguir, por exemplo, a forma de valor, construção categorial da existência, da forma mercadoria, existência exterior de objetos, produtos do trabalho, na sociedade capitalista. Por isso, forma é o modo de existir, como manifestação do real.

No Livro 2, Volume 3, diz Marx: "Parte do capital adiantada sob a forma de capital constante, consiste em meios de produção que funcionam como fatores do processo de trabalho enquanto perdurar a forma autônoma de uso com que nêle entraram." (p. 165).

A forma é, como anteriormente, modo de existência, neste caso, do capital, como categoria de apreensão do real e como existência externa, objetivação da riqueza.

### O Problema da Forma como Reprodução e Montagem

Em livro recente, Lucien Goldmann, tentando caracterizar o capitalismo, escreve: "Ora, o que caracteriza o capitalismo contemporâneo de organização e o opõe ao capitalismo liberal, e mesmo ao monopolista, é o fato de que, descobrindo, elaborando e pondo a funcionar mecanismos de auto-regulação econômica, e mesmo social, que tornaram possível o impulso econômico e o considerável desenvolvimento de forças produtivas quase ininterruptas desde a Segunda Guerra Mundial, introduziu, a um grau relativamente avançado, a ação consciente e racional mesmo ao nível da produção global (nacional e até certo ponto europeia), mas que chegou a isto reduzindo, a um grau desconhecido anteriormente, no Ocidente, quase toda função ativa da grande massa dos executantes." (p. 25).

O que é a forma nessa anti-perspectiva?

### A Forma no Projeto

Em 1980, havia escrito o seguinte:

"Mas, o que é o projeto?"

O projeto é, então, em primeiro lugar, o movimento genético. Trata-se de captá-lo em sua origem mais remota. Esse flagrar a pre-intuição é a objetivação racional do ser em suas formas de totalidade inicial. Por isso, o território da consciência é, em primeiro lugar, a idéia. Pois, a idéia é o ser que povoa o território da mente humana. A mente vazia é uma impossibilidade humana. Ela só se põe como modo de



produção natural. Mas, aí, expressu-se como epifenômeno, que dá origem ao realismo ingênuo; e este, ao realismo crítico. Contradição que se supera na afirmação da consciência da necessidade como necessidade consciente.

O projeto é, então, em segundo lugar, o ser do movimento genético em sua forma dada: o arremesso, a vertigem, a "viagem". Estes, põem-se como "delírio", porque espaço e tempo desdobram-se segundo a lógica especial das contradições, que não se apresenta como forma, senão a posteriori. A história do processo de elaboração do projeto é completamente diversa da história de sua exposição. Não se trata de subordinar uma à outra, mas de compreendê-las como necessárias em suas autonomias e em seu movimento, movimento êste que é uma outra modalidade de ser do projeto e se relaciona ao plano.

O projeto é, então, em terceiro lugar, a própria contradição: o movimento genético se põe como ser e é afirmado como contrafação. Inevitável, se se pensa que a negação da negação é uma 'conseqüência lógica'. Porque, a ruptura implica em perder para ganhar. Por isso, em recuperar as pre-determinações e pre-ideações para além de suas formas e conteúdos, embora elas apareçam, inicialmente, como as mesmas. Momento em que elas já se põem como outras.

O projeto é, então, em quarto lugar, a contradição resolvida. A contradição resolvida é a consciência daquilo que já era dado antes, mas, que não podia se por, então, senão como imagem. Imagem tão mais real na consciência, quanto mais se desenvolve o próprio trabalho que a gera.

O projeto é, então, em quinto lugar, a contradição resolvida, que se põe como imagem real derivada do processo de trabalho, trabalho êste que se inicia, desde logo, com o projeto, Mas, agora, o projeto não é mais algo vago e intuitivo: as imagens são reais como a positividade da seqüência do filme que reproduz o movimento do real." (pp. 1-2).

### A Composição da Forma

Considere-se a forma como determinação inicial.

#### a) A forma na produção.

Trata-se de transformar uma figura em um valor de uso. Por isso, a forma é, desde logo, pensada como utilidade, que se expressa por uma função individual ou social. É composta, então, uma forma-objeto, da qual se tem, previamente, uma forma-representação. Trata-se de impri -

mir esta forma-representação (que é forma pensada) em uma forma-objeto (que é representação objetivada daquela).

Este primeiro momento determina, em parte, as possibilidades do segundo.

b) A forma na circulação.

Trata-se de dar nova forma-representação à forma-objeto, que já contém uma primeira forma-representação, para se obter dela uma forma para consumo. Então, a nova forma-representação será uma forma-comunicação e uma forma-informação que, não obstante, não prescindem da forma-função inicial.

A Forma como Ideologia

A composição da forma, como produção, circulação, troca e consumo da forma, gera uma consciência do mundo da forma.

Como se expressa esta consciência?

Diz Lacan, citado por Maria Lúcia S. Braga (Produção de Linguagem e Ideologia, 1980): "um significante é o que representa um sujeito para um outro significante."

Que é, agora, a forma?

É, novamente, uma forma-representação, mas que ganhou autonomia, desprendendo-se daquela forma-representação, cuja identidade é a forma-objeto realizada.

É, então, a forma-representação de uma forma-sujeito. Mas, como imagem inerte, que só outra forma-sujeito pode transformar em imagem viva.

A Forma na Indústria de Propaganda

Dizem Baran e Sweezy ("Teses sobre a Propaganda" in Comunicação e Indústria Cultural, 1978): "No sentido estrito, a propaganda deveria ser considerada apenas como uma tática no interior das amplas estratégias da concorrência em outros moldes que não os de preço. Da mesma ordem de importância são, provavelmente, os retoques mínimos no mesmo produto, comportamentos artificialmente introduzidos e/ou 'éticos' e outros recursos semelhantes; esses meios somente se tornaram possíveis, de resto, através da propaganda. O departamento econômico da McGraw-Hill define a situação de modo bem preciso: 'Atualmente as sociedades produtoras orientam-se cada vez mais no sentido do mercado ao invés da produção. Em certos casos essa modificação vai tão longe, que a General

Electric Company, para citar um exemplo, se considera hoje muito mais uma organização de vendas do que de produção. É patente que tal auto-  
imagem tem influência sobre a estrutura da empresa: as exigências do 'mar-  
keting' reagem de volta, afetando a composição e construção das instala-  
ções produtivas'."

Dáí, ser inteligível a tese do Marshall McLuhan, segundo a qual "o meio é a mensagem" (Os Meios de Comunicação como Extensão do Homem, 1974). Como diz: "Numa cultura como a nossa, há muito acostumada a dividir e estilhaçar tôdas as coisas como meio de controlá-las, não deixa, às vezes, de ser um tanto chocante lembrar que, para efeitos práticos e operacionais, o meio é a mensagem." (p. 21).

Que quer dizer isto?

Apenas que as formas que têm realmente significado são a forma-representação, como forma teórica, como na frase de Lacan, citada, e a forma-objeto, como elemento de composição estética-funcional da forma-sujeito, por exemplo, um aparêlho de TV.

Forma e Tecnologia da Forma

Cada vez mais a forma é forma-imagem. Como diz Abraham Moles (O Cartaz, 1978): "Muitas vezes já se disse que a civilização contemporânea era a civilização da imagem, que era o que ela tinha de mais específico com relação a todas as civilizações passadas. O termo contraditório de civilização oral proposto para descrever o novo universo da comunicação é ainda tão-somente uma imagem do futuro pois repousa num substrato técnico: gravador, máquina de ouvir, máquina de falar, que se encontram apenas em processo de desenvolvimento, seja industrial, seja técnico, e cujas conseqüências sociais afetivas não se fizeram ainda sentir." (p. 15).

O próprio Abraham Moles, em outro texto (Rumos de Uma Cultura Tecnológica, 1973) diz: "... a (...) estrutura (...) não é mais definida pelos produtos que fabrica mas pelo potencial intelectual e pelo potencial instrumental de que dispõe." (p. 250).

O Limite da Forma no Capitalismo

O limite econômico da forma é sua constituição como assunto especializado científico, campo do saber que se autonomiza como subcategoria do capital.

O que permanece ainda fora do mundo do capital e do trabalho? Quer dizer, o mundo da idéia, no sentido clássico da metafísica,

ou no sentido moderno da meta-teoria, é forma-objeto, ou forma-sujeito, de tal modo que, modificando a frase de Lacan ao tenha de dizer que uma forma é o que representa um sujeito para uma outra forma, no mundo social e individual das formas objetivas.

Então, a paisagem e o modelo são uma composição de formas fetichizadas para a consciência do sujeito ausente do mundo.

BIBLIOGRAFIA

Atenção!

11 Silva, A.C. da (1982) A Metrópole Ampliada e o Bairro Metropolitano, ~~escrita~~ São Paulo. *Publicado neste livro.*

9 Silva, A.C. da (1978) O Espaço Fora do Lugar, Editora Hucitec, São Paulo.

8 Santos, M. (1981) Estrutura, Processo, Função e Forma como Categorias do Método, original datilografado, xerox, Rio de Janeiro.

10 Silva, A.C. da ~~(1981)~~ "O Processo e a Forma" em Geografia ~~Metateza~~ *e Lugar Social*, Editora ~~Contexto~~ *Contexto*, São Paulo. *Sociedade de Estudos de Geografia Social - São Paulo* 1991

4 Marx, K. (1978) O Capital, Livros 1 e 2, Volumes 1 e 3, tradução de Reginaldo Sant'Anna, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

2 Goldmann, L. (1972) A Criação Cultural na Sociedade Moderna, tradução de Rolando Roque da Silva, Difusão Européia do Livro, São Paulo.

Silva, A.C. da (1986) De Quem é o ~~lugar~~ *(Espaço e cultura)*, ~~Contexto~~ *Hucitec*, São Paulo. *Pedago*

3 Lacan, J. (1966) "Subversion du Sujet" en Écrits II, Ed. du Seuil, Paris, citado por Braga, M.L.S., Produção de Linguagem e Ideologia, Cortez Editora, São Paulo.

1 Baran, P.A. (e) Sweezy, P.M. (1963) "Theses on Advertising", Monthly Review, New York, reproduzido e traduzido por Cohn, G. (organizador) (1978) Comunicação e Indústria Cultural, Companhia Editora Nacional, São Paulo.

5 McLuhan, M. (1974) Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem, tradução de Décio Pignatari, Editora Cultrix, São Paulo.

7 Moles, A. (1978) O Cartaz, tradução de Miriam Garcia Mendes, Editora Perspectiva, São Paulo.

6 Moles, A. (1973) Rumos de uma Cultura Tecnológica, tradução de Pérola de Carvalho, revisão de Mary Amazonas Leite de Barros, Pérola de Carvalho e Denise Boltman, Editora Perspectiva, São Paulo.

~~Quando a cidade inchada~~

Durante a década de 70, cientistas sociais, jornalistas, políticos, profissionais liberais e parte do público culto aceitaram, como natural, a explicação de que as grandes cidades do mundo capitalista estavam "inchadas", ou que estava havendo um "inchamento do Setor Terciário". Muitas pessoas, então, criticaram o fato, atribuindo-o às mais diversas causas: subdesenvolvimento, custo alto da força de trabalho nos países desenvolvidos, queda da mortalidade, ciclo vicioso da pobreza, êxodo rural etc. Provavelmente estas causas, consideradas isoladamente pelos comentadores, devem ter influído no crescimento urbano acelerado daquela década. Mas, serão elas suficientes para explicar esse fenômeno?

O ponto de partida aqui é a consideração de que a tese do "inchamento" é, pelo menos, não científica. A cidade, na versão pobre, de um naturalismo positivista redivivo, é assimilada a um organismo doente, como se as leis biológicas consistissem em boas explicações dos fenômenos sociais.

Fazendo abstração da crise econômica mundial do capitalismo, que, a partir da formação do cartel do petróleo em 1973, desencadeou-se com início no ano de 1974 e, também, abstraindo certas particularidades do mundo chamado subdesenvolvido - pode-se argumentar, pelo menos como hipótese, que, ao crescimento acelerado da urbanização dos anos 70, correspondeu o aparecimento, no modo de produção capitalista, de um capital de serviços, o que explicaria o crescimento do Terciário e sua organização atual, muito relacionada ao planejamento e ao Estado.

#### O Capital de Serviços

O capital de serviços, ou capital serviço, é uma forma superior de capital. Embora sua existência seja antiga, só se desenvolve amplamente a partir do desenvolvimento do capital industrial, no modo de produção capitalista.

O capital serviço é acumulação de capital a partir, não de mais valia absoluta ou mais valia relativa, mas de mais valia relacional ou composta, que é o valor gerado, não diretamente pelo uso da força de trabalho ou da máquina, mas na relação entre a força de trabalho e a máquina.

\* Publicado originalmente em *Ciência e Cultura*, <sup>7537(4)</sup> SBPC, São Paulo, 1985.

O valor do serviço expressa-se como valor composto: parte tem origem no valor produzido pela força de trabalho, como valor fixado no produto, e parte tem origem no valor transferido pela máquina ao produto.

A ele corresponde uma acumulação de capital que se refere à uma reprodução relacional ou composta do capital que organiza a produção, circulação, troca e consumo de valor de uso, mercadoria ou trabalho, como efeito útil.

O modo de existência do serviço é a função, como relação entre valor fixado e valor transferido. Ela existe como função técnica e se decompõe em função capital e função trabalho. A mais valia é apropriada, portanto, como conhecimento técnico, que é o produto. Por isso, o capital técnico é a forma específica de realização do capital serviço.

As Formas Empíricas

Quais as formas históricas do capital de serviços? Veja-se o caso da Grande São Paulo. Diz-nos Francisco de Oliveira, o seguinte: "Como primeira fronteira de expansão do capital industrial, e a essa altura do capital financeiro, os serviços na GSP tendem a tomar a forma de empresas, a abandonar um estilo de crescimento horizontal, a capitalizar-se enfim, crescendo o tamanho das empresas, concentrando o capital; em outras palavras, também se projeta sobre os serviços a forma típica de estruturação oligopolística, que nasce da conjugação do capital industrial com o bancário, dando surgimento ao capital financeiro. Isto já é muito visível em certos sub-setores e ramos dos serviços: nos supermercados e lojas de departamento, isto é, no comércio de mercadorias; na intensa concentração bancária ocorrida no último decênio; nos grandes revendedores e distribuidores de automóveis e toda classe de bens duráveis de consumo; no aparecimento do que já se está chamando de 'quaternário', isto é, escritórios e empresas de consultoria, 'engineering', projeto, processamento de dados; na desapareção relativa das pequenas oficinas, substituídas agora pelas oficinas dos grandes revendedores e distribuidores de automóveis, numa tendência que não é apenas técnica: é imposta pelo padrão oligopolístico existente na indústria (...). Do ponto de vista do emprego, essa tendência se reflete numa diminuição do multiplicador de empregos no próprio terciário, ou, se se quiser, a relação 'emprego industrial versus emprego nos serviços' é unitária, o que indica o processo de capitalização dos serviços." (Oliveira, 1979: 166/7).

Do exposto depreende-se que não houve "inchamento do Terciário

rio" mas apenas sua organização como esfera autônoma do capital.

Ao exército industrial de reserva junta-se agora um grande número de trabalhadores que são força de trabalho reserva também do capital de serviços, que possui a característica de uma composição orgânica do capital ainda baixa porque a introdução de maquinaria ainda está no início. A tecnologia gerada para este setor, ligada à informática, tem levado alguns autores como Milton Santos a caracterizar a fase atual do capitalismo como um período técnico-científico. (Santos, 1982: 11).

#### A Dimensão Espacial

O lugar privilegiado de existência do capital técnico é a esfera de informação e comunicação, embora esteja presente em todo o processo de produção e circulação do capital.

Como forma autônoma, o capital de informação existe como serviço de produção de informações (inclui todos os produtores de informação, os veículos de informação, a difusão de informação e o consumo de informação). Como forma autônoma, o capital de comunicação existe como serviço de produção de comunicações (inclui todos os produtores de comunicação, os veículos de comunicação, a difusão da comunicação e o consumo da comunicação).

O capital técnico, que se manifesta como valor-técnico na forma know-how, constitui aspecto desenvolvido do capital serviço, e está presente na informação e comunicação.

É ele que dá a dimensão espacial ao capital serviço, através do processo conhecido como modernização, ou seja, a inovação tecnológica que transforma a mais valia relativa em mais valia relacional ou composta.

Admite-se aqui que tem sido o processo de modernização da economia contemporânea capitalista o fator preponderante no desenvolvimento das migrações campo-cidade e que é ele o responsável pelo aumento da população urbana, particularmente o aumento da população metropolitana.

A metrópole clássica do capitalismo transformou-se, primeiro, na metrópole com subúrbios e, agora, na metrópole ampliada composta com periferia. O principal agente do aparecimento desta última forma da grande cidade foi o capital de serviços, como centro do processo de modernização, via Estado e planejamento.

Isto quer dizer também, que o modo atual de acumulação inicia-se com o investimento prévio em capital de informação e capital

de comunicação.

Seguindo a tendência do capital constante crescer mais rapidamente que o capital variável, a metrópole com periferia representa na verdade uma enorme aplicação de capital fixo, compatível com o desenvolvimento atual do capitalismo. E o capital de serviços desempenha aí um papel central.

Não foi, portanto, a cidade que "inchou", mas, via modernização, o capital acelerou o crescimento urbano, particularmente o metropolitano, onde são maiores as taxas de mais valia e de lucro.

BIBLIOGRAFIA

Oliveira, F. de (1979) "O Terciário e a Divisão Social do Trabalho", in Estudos Cebrap, nº 24, Edições Cebrap, São Paulo.

Santos, M. (1982) "O Presente como Espaço" in Pensando o Espaço do Homem, Editora Hucitec, São Paulo.

Silva, A.C. da (1982) A Metrópole Ampliada e o Bairro Metropolitano, Edição do Autor, <sup>inédito</sup> São Paulo.

Silva, A.C. da (1982) Produção, Circulação, Troca e Consumo de Serviços no Capitalismo Monopolista de Estado, ~~Fundamentos da Economia Política da Geografia~~, xerox, São Paulo. Publicado neste livro.

S. Paulo, 33/08/1984 1984







Soluções em Sociologia: a) dialética marxista; b) funcionalismo; c) compreensivismo; d) estruturalismo.

Soluções em Economia: a) economia política clássica; b) escola marginal; c) escola histórica; d) escola neoclássica; e) escola ecológica.

Consideremos modos temporais de explicação.

Eles tomam como referências o processo.

Condições:

- sistema fechado e lei de tendência;
- estágios relevantes;
- variáveis relevantes;
- parâmetros que governam a interação entre as variáveis e a direção das interações.

Modelo: formalização do processo.

Seja C a descrição de um sistema; S<sup>1</sup> é a descrição do estágio do sistema no tempo 1; então dados C e S<sup>1</sup> é possível prever S<sup>2</sup> como lei de tendência e também pode-se, a partir de S<sup>2</sup> inferir o estágio anterior. A lei de tendência define a "trajetória de um sistema dinâmico".

Em Geografia são exemplos o ciclo do ritmo climático anual ou a evolução de uma estrutura agrária.

Em Economia o modelo indutivo supõe um mundo simbólico e um mundo empírico. A partir de dados do mundo empírico obtém-se o modelo 1 no tempo 1 que é representação simbólica. Verificado em confrontação como novos dados obtém-se o modelo 2 no tempo 2 também pertencente ao mundo simbólico.

Em Sociologia é exemplo o modelo dos sistemas sociais de ação e relação.

A explicação temporal expressa-se por tipos:

Gênese e Evolução, com explicação genética, por evolução de causa-efeito; por gênese e evolução.

Indeterminação e Determinação, com explicações por ausência de mecanismos, causalidade suposta, suposição de um mecanismo para o qual há uma evidência empírica.

Natureza do movimento, com movimento contínuo e movimento por estágios.

A regionalização formal contém em si o antigo problema determinismo-possibilismo,

apesar da possibilidade dada pelo computador e o planejamento.

A ocorrência da variável aleatória propicia os ajustes sucessivos ressurgindo a determinação sob outra forma.

Contudo, a teoria dos sistemas permite a construção de sistemas como o que se segue: as conexões ocorrem no nível da articulação de variáveis não tomadas em seu significado epistemológico.

O objeto de estudo da Geografia é a superfície da terra como dado empírico. O dado lógico é o lugar e a relação entre lugares. O trabalho e a existência relacionam sociedade e natureza por meio dos recursos. O habitat e a população são dados. Completam o modelo a percepção e a consciência do espaço.

Supõe-se que o termo *espaço* seja o de maior extensão. Segue-se o *lugar*. O *lugar* expressa-se hierarquicamente como *área*, *território* e *região*. Na seqüência o espaço é o maior lugar possível etc. Além disso o espaço contém o lugar etc. Área pertence à classe dos indivíduos simbólicos e território e região à classe dos indivíduos empíricos.

Área é o lugar em que se está ou considera.

Território é o lugar ocupado ou não.

Região implica em pertencer.

Do ponto de vista dos tipos de regionalização formal há relações variadas no lugar e entre os lugares, sendo que estes, assim como as relações, definem especificidades.

O lugar é também singular, particular e universal. Absoluto, relativo e relacional.

O modelo é fechado enquanto entidade abstrata de referência empírica. Sua complexidade decorre de possibilidade teoricamente infinita das combinações, arranjos, permutações etc., possíveis.

Trata-se de tomá-lo como hipótese de trabalho.

Discute-se a seguir a teoria da localização e a partir dos conceitos analíticos de espaço geográfico e espaço econômico.

São tomados separadamente e em seguida articulados.

O espaço geográfico consiste numa estrutura que tem como input a desigual combinação de fatores que interagem e se equilibram formando paisagens geográficas dife-

44



enciadas homogêneas ou heterogêneas, de caráter natural ou humano.

Essa estrutura é definida como consistindo em um espaço de localização (sítio, situação, posição) e em um espaço de relações, verticais e horizontais. A densidade e a intensidade das relações definem uma hierarquia dos elementos de um dado meio geográfico.

Ela possui características de dispersão, concentração, continuidade e descontinuidade. A combinação formal desses indivíduos é limitada. No mundo empírico ocorrem com frequência dispersão-continuidade, concentração-descontinuidade, dependendo da escala.

A estrutura geográfica contém funções e processos: polarização-centralidade, marginalização-descentralidade, homogeneização-uniformidade, heterogeneização-uniformidade, heterogeneização-disparidade.

A estrutura apresenta transformações quantitativas e qualitativas.

Ela é percebida e compreendida como variação e diversidade no universo empírico dos espaços local, zonal, regional, internacional, multinacional e transnacional.

O espaço econômico consiste numa estrutura de relações econômicas estabelecidas entre elementos econômicos.

A estrutura econômica surge como resultado da atividade na busca e obtenção de recursos para satisfazer necessidades. É preciso que o recurso se defina como recurso econômico, isto é, quando potencialmente ou efetivamente pode ocorrer a inversão de força de trabalho (que tem o pressuposto da força natural) na sua obtenção, criando bens e serviços.

É a criação de bens e serviços de modo permanente que define um sistema econômico. Esses bens e serviços são valores econômicos de uso e de troca.

As principais características da estrutura econômica são tender à reprodução equivalente e/ou à expansão, podendo contudo não se efetivar esta expansão de maneira contínua no tempo.

O limite de expansão da estrutura econômica é a estrutura geográfica, podendo ocorrer fenômenos de superposição.

Os processos que ocorrem na estrutura econômica são a homogeneização econômi-

co, que corresponde a um lugar no qual a estrutura apenas se reproduz de modo equivalente não ocorrendo uma expansão da economia de modo qualitativo; a polarização econômica que corresponde a um espaço no qual o sistema econômico está em expansão; a intervenção econômica, em que a reprodução ou a expansão estão orientadas e dirigidas por um programa econômico.

A homogeneidade corresponde a um espaço contínuo do qual as partes que o constituem tem características tão próximas quanto possível uma das outras.

A polarização define um espaço heterogêneo do qual as partes são complementares em termos de suas relações em troca com polos dominantes, mais do que com a região vizinha. É um lugar de trocas de bens e serviços cuja intensidade interna é superior em cada ponto à intensidade externa.

A intervenção corresponde ao espaço do plano econômico relacionado a um programa destinado a atender a um fim econômico dado. As áreas econômicas são definidas por um projeto.

Tipologicamente a estrutura econômica apresenta-se como lugar de produção, lugar de circulação e lugar de consumo.

Ela passa por mudanças quantitativas e qualitativas.

Embora não seja material ela é objetiva, o que permite percebê-la e dela tomar consciência.

O espaço geográfico é um espaço analítico, ao passo que o espaço econômico é um espaço sintético. Sua articulação apresenta duas possibilidades formais: a síntese da análise e a análise da síntese.

A abordagem geográfica realiza a primeira. A abordagem econômica realiza a segunda.

A teoria geral da localização tem por objetivo responder a duas perguntas: onde? porque em tal lugar?

A resposta comporta variações sistêmicas em termos dos modelos da referência.

Pierre George considera a distribuição dos indivíduos como procedente de fatores históricos. Depois de definida uma estrutura, a localização de uma unidade ou conjunto de unidades é uma função da procura dos melhores preços de custo. As variáveis são custo de energia, das matérias-primas, dos

ela



transportes, da mão-de-obra, a taxa de juros e o acesso aos mercados. Em sua concepção a unidade ou conjunto de unidades consideradas atrai outras unidades ou conjuntos. A localização depende do tipo de indivíduo considerado de acordo com a sua característica diferenciadora, daí decorrendo a expressão espacial e, portanto, o tipo de regionalização. Um elemento dinâmico do sistema é o input da inovação técnica que gera o output de novas condições de localização.

A regionalização decorrente implica numa situação relacionada ao modo como dão entrada no sistema as variáveis escolhidas por seleção.

O parâmetro principal é a idéia de custo: geográfico ou econômico, ou considerados em termos de sua evolução e dialética.

Está presente uma teoria do equilíbrio.

Estall e Buchanan, economistas, raciocinam em termos de custos de transferência, uma noção mais ampla do que a de custos de transportes. As variáveis consideradas são o fornecimento de energia, a mão-de-obra, o capital, a empresa e a administração, a atividade governamental, os serviços, a propaganda, a tributação, a água, o clima, a escala de produção e as lideranças. A localização é considerada como sendo um resultado do input custos de transferência. O output é considerado em termos de uma suposição de organização do espaço que não é explicitada, principalmente em nível regional.

Como o modelo é construído dedutivamente, o seu grau de explicação é parcial.

Tanto Pierre George como Estall e Buchanan operam com modelos de referência industrial, dando como pressupostos as estruturas urbanas e rurais assim como a diversidade e variação de ocorrência destas.

São teorias de organização do espaço que têm como parâmetro a indústria, seja como lugar, seja como relações.

Constituem, por isso, modelos de regionalização que abstraem outros sistemas e subsistemas.

É preciso considerar a hipótese de uma teoria geral de localização da qual decorresse uma teoria geral de organização do espaço.

É possível essa generalização? O que é? A teoria da localização trabalha com suposições de maneira tal que é como se lidasse com modelos.

Seu objetivo último é tentar explicar a organização do espaço.

A teoria de Pierre George trabalha com a idéia de lei de tendência que, dadas certas condições, ocorre com a força da necessidade. É, portanto, o caso de  $A \rightarrow B$ , sendo necessária e suficiente.

A teoria de Estall e Buchanan lida com uma combinação de fatores de modo funcional abstrato.

Correspondem assim, cada uma delas, alternativas de explicação relacionadas às soluções possíveis da identificação de variáveis e dos limites do sistema ao qual se aplica o princípio causal.

Na teoria de Pierre George a explicação temporal está presente através da explicação por determinação e que alguma causalidade é suposta além da suposição de um mecanismo para o qual há evidência empírica.

Na teoria de Estall, e Buchanan a explicação temporal está relacionada à explicação pela natureza do movimento e à explicação por indeterminação.

Os dois exemplos citados permitem entrever a grande possibilidade de explicações decorrentes da regionalização formal que, ao nível empírico, conta com o apoio do computador.

Não obstante, permanece em aberto a ocorrência de variáveis aleatórias, com uma intervenção na realidade em função de ajustes sucessivos de modelos.

~~Estall e Buchanan~~

141